

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RENATA RENIER DE LIMA

**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI
BARBOSA**

JUIZ DE FORA

2018

RENATA RENIER DE LIMA

**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI
BARBOSA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Isabel da
Silva Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima, Renata Renier de.

O abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa / Renata Renier de Lima. -- 2018.

116 f.

Orientadora: Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Abandono Escolar. 2. Ensino Médio. 3. Fatores para o abandono escolar. I. Alvim, Maria Isabel da Silva Azevedo, orient. II. Título.

RENATA RENIER DE LIMA

**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI
BARBOSA**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim (orientadora)

Membro da banca

Membro da banca

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu força para continuar mesmo nos momentos mais difíceis.

A minha família, alicerce que sempre me apoiou em especial aos meus filhos Gabriel e Felipe que se fizeram presentes mesmo nas ausências.

Ao meu namorado Anderson, que não mediu esforços para me auxiliar, guiando-me pelos caminhos noturnos e friorentos do percurso.

Ao meu amigo e colega de curso Wilson pelas aventuras nas idas e vindas.

Aos meus colegas, ou melhor, amigos de trabalho que sempre estiveram comigo, apoiando-me e incentivando-me.

Aos meus amigos pelas tardes de domingo que me fizeram relaxar um pouco.

À fisioterapeuta Alessandra que não mediu esforços para me colocar de pé nas fases presenciais.

Aos médicos que se dedicaram a minha saúde física em um momento de dificuldades.

À minha orientadora, professora Dr^a Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim.

À Suporte de Orientação Helena que me auxiliou a alçar voos jamais imaginados.

À SEE/MG que me oportunizou o crescimento acadêmico.

Um carinho especial e uma dedicação mais que merecida a minha avó-mãe que me criou e que não pude me despedir de sua passagem pela terra por estar em um período presencial.

A todos aqueles que contribuíram para que este sonho se tornasse real!

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (FREIRE, 1996, p. 16).

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão apresentado discutiu os motivos que levam os alunos da Escola Estadual Rui Barbosa, município de Campestre, Sul de Minas Gerais, a abandonarem os estudos no Ensino Médio. Dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) demonstraram que, em 2016, 88 alunos de um total de 695 estudantes desta etapa educacional abandonaram os estudos, superando as médias estadual e nacional. Mediante este contexto, a pesquisa se pautou na seguinte questão norteadora: quais os principais motivos do abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa? Esta pesquisa teve como objetivo geral reduzir as taxas de abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa. Assumimos como principal hipótese para o abandono a necessidade de o jovem ingressar no mercado de trabalho (a fim de ajudar no sustento da família ou se manter de forma independente). A partir dos dados das entrevistas realizadas comprovou-se, ao menos em parte, a hipótese inicial. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, realizadas com 10 alunos que abandonaram os estudos no ano de 2016 e que regressaram em 2017 ou 2018 para a escola. Após a análise das entrevistas, comprovou-se que a maioria dos estudantes que abandonou os estudos nesse período alunos trabalhadores, o que os tornou mais vulneráveis ao abandono escolar. Constatou-se também o despreparo dos professores para trabalhar com o público jovem. Foi possível, ainda, verificar a necessidade de investir em ações que visem a prevenir ou amenizar problemas típicos da juventude, que atingem não apenas os jovens da comunidade campestre, mas sim uma parcela da sociedade brasileira, conforme apontam dados discutidos na literatura em geral, como o uso de drogas ou gravidez indesejada. Essa análise dos principais fatores envolvidos no abandono escolar foi discutida com base em trabalhos dos seguintes autores: Dayrel (2007), Kuenzer (2007), Costa (2013), Klein (2006), Gouveia, Ribeiro e Santos (2016), Fritsh, Vitelli e Rocha (2014), Lück (2009), Charlot (2000), Schwartzman (2010), Camargo e Rios (2012), Bourdieu (1998a), Kuenzer (1999), Azevedo e Reis (2014), Ramos e Mendonça (2008). As ações que compõem o Plano de Ação

Educacional propõem que o problema seja discutido amplamente com todos os segmentos da comunidade escolar, a fim de amenizar os altos índices de abandono no Ensino Médio e tornar a escola um ambiente aberto à participação dos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-Chave: Abandono Escolar. Ensino Médio. Fatores para o abandono escolar.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the framework of the Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) of the Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). The case of management presented discussed the reasons that led students from the Escola Estadual Rui Barbosa, the municipality of Campestre, South of Minas Gerais, to abandon studies in High School. Data from the Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) showed that, in 2016, 88 students from a total of 695 students from this educational stage abandoned the studies, overcoming the state and national averages. In this context, the research focused on the following guiding question: What are the main reasons for school abandonment in the High School of the Escola Estadual Rui Barbosa? The general objective of this research was to reduce school drop-out rates in the high school of the Escola Estadual Rui Barbosa. We have taken as the main chance to abandon the need for young people to enter the labor market (in order to help the family or maintain themselves independently). From the data from the interviews carried out, at least part of the initial hypothesis was proven. The qualitative research methodology was used by means of interviews with a semi-structured script, carried out with 10 students who abandoned the studies in the year 2016 and who returned in 2017 or 2018 to school. After examination of the interviews, it was proven that most of the students who abandoned the studies in this period, which made them more vulnerable to school leaving. It was also found that teachers were unprepared to work with the young public. It was also possible to verify the need to invest in actions aimed at preventing or mitigating typical problems of youth, which affect not only the young people of the Champian community, but a part of Brazilian society, according to data discussed in literature in general, such as the use of unwanted drugs or pregnancy. This analysis of the main factors involved in school abandonment was discussed on the basis of the work of the following authors: Dayrel (2007), Kuenzer (1999; 2007), Costa (2013), Klein (2006), Gouveia, Ribeiro and Santos (2016), Fritsh, Vitelli e Rocha (2014), Camargo e Rios (2012), Lück (2009) Charlot (2000), Schwartzman (2010), Bourdieu (1998a), Azevedo and Reis (2014), Ramos e Mendonça (2008). The actions that make up the Educational Action Plan propose that the problem of school drop-out should be discussed extensively with all

segments of the school community in order to alleviate high levels of exit in High School and make school a more open environment for participation by all those involved in education and learning processes.

Keywords: School abandonment. High School. Factors for school abandonment.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio	41
Gráfico 2 - Número de matrículas no ensino médio na EERB	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de matrículas em MG no Ensino Médio.....	40
Quadro 2 - Dados dos entrevistados.....	66
Quadro 3 - Eixos de Análises sobre os Motivos do Abandono Escolar.....	69
Quadro 4 - Motivos causadores do abandono escolar na EERB entre os entrevistados.....	80
Quadro 5 - Fatores determinantes para o abandono escolar na EERB	81
Quadro 6 - Categorias relacionadas a fatores de abandono e ações propostas.....	84
Quadro 7 - Planejamento das reuniões.....	89
Quadro 8 - Reestruturação da proposta Pedagógica 2019.....	90
Quadro 9 - Projeto Motivacional: Educação e Transformação	92
Quadro 10 - Reuniões para Qualificar os professores	93
Quadro 11 - Formação dos Professores	93
Quadro 12 - 5ws Discutindo metodologias.....	95
Quadro 13 - Parceria Aicac e Escola	96
Quadro 14 - Projeto Jovens Protagonistas.....	98
Quadro 15 - Projeto Família na Escola	99
Quadro 16 - Parceria escola, Assistência Social e Conselho Tutelar.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem de jovens desistentes no Ensino Médio brasileiro	30
Tabela 2 - Matrículas nas escolas públicas de Minas Gerais.....	31
Tabela 3 - Porcentagem de abandono escolar em Minas Gerais.....	32
Tabela 4 - Percentual de alunos matriculados no EM de acordo com a escola em que o EF foi cursado	45
Tabela 5 - Abandono Escolar na E. E. R. B	46

LISTA DE ABREVIATURAS

Aicac	Associação Industrial Comercial e agropecuária de Campestre
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBC	Currículo Básico Comum
Cesec	Centro Estadual de Educação Continuada
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação dos Trabalhadores em Educação
Consed	Conselho Nacional dos Secretários em Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EERB	Escola Estadual Rui Barbosa
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
Enem	Exame nacional do Ensino Médio
Fundeb	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
Fundef	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISE	Índice Socioeconômico Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAE	Plano de Ação Educacional
PAR	Plano de Ações Articuladas
PAV	Programa Aceleração para Vencer
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
interativo	

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PEP	Programa de Educação Profissional
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEM	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PRC	Proposta de Redesenho Curricular
Proeb	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
Proemi	Programa Ensino Médio Inovador
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REE/MG	Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais
REM	Reinventando o Ensino Médio
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação
Simade	Sistema Mineiro de Administração Escolar
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de educação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a educação a Ciência e Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VEM	Virada da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ENSINO MÉDIO: A ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	21
1.1 O ensino médio no Brasil	23
1.2 A rede de ensino de Minas Gerais	30
1.2.1 O Ensino Médio em Minas Gerais	34
1.3 A Escola Estadual Rui Barbosa	42
1.3.1 O Abandono Escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa.....	43
2 POSSÍVEIS MOTIVOS QUE LEVAM OS ALUNOS A ABANDONAREM O ENSINO MÉDIO	49
2.1 Fatores que influenciam no abandono escolar no Ensino Médio.....	50
2.2 Coleta de dados.....	64
2.3 Apresentação e análise dos dados.....	69
2.3.1 Estratégias para superação do abandono escolar	80
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR.....	86
3.1 Questões relacionadas ao funcionamento da escola	88
3.1.1 Incentivar a participação dos estudantes e comunidade escolar na elaboração da Proposta Pedagógica.....	88
3.1.2 Implementar um projeto motivacional para os alunos de ensino médio	91
3.1.3 Promover capacitações com os professores.....	92
3.2 Questões relacionadas à relação entre juventude e trabalho	94
3.2.1 Metodologia diferenciada para o aluno trabalhador	94
3.2.2 Estabelecer uma parceria com a Associação Industrial, Comercial e agropecuária de Campestre	96
3.3 Fatores pessoais diversos	97
3.3.1 Projeto Jovens Protagonistas.....	97
3.3.2 Reestruturar o projeto “Família na Escola”	98
3.3.3 Ampliar a parceria entre escola, Conselho Tutelar e Assistência Social	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ALUNOS QUE ABANDONARAM OS ESTUDOS EM 2016.....	113

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .115

INTRODUÇÃO

O caso de gestão apresentado tem como objetivo reduzir o abandono escolar no Ensino Médio (EM) na Escola Estadual Rui Barbosa (EERB). Sendo assim, tornou-se objeto de estudo identificar as causas que levam ao abandono escolar na referida escola, e, a partir disso, propor ações que visam a minimizar o problema. Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) “abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte” (BRASIL, 2014, s/p). Neste sentido, o abandono escolar é um desafio a ser superado nesta unidade escolar, pois os números têm indicado ao longo dos anos a dificuldade para manter os alunos matriculados e frequentes até o término do Ensino Médio.

A EERB localiza-se no centro da cidade de Campestre, Sul de Minas Gerais, e oferece o nível médio nos períodos da manhã, tarde e noite, sendo esta a única unidade escolar a oferecer o Ensino Médio no município. Também não há a oferta de Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) ou banca de certificação de conclusão do Ensino Médio na cidade. Daí surgiu o interesse pela temática nesta instituição escolar, visto não haver concorrência que se justifique perder no decorrer do ano de 2016, 88 alunos nesta etapa educacional, de um total de 695 estudantes, conforme apontam os dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) (MINAS GERAIS, s/d). De 2012 a 2016, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio esteve sempre acima dos 10%, sendo que nos anos de 2013 e 2014 teve um decréscimo de aproximadamente 3% ao ano, porém a taxa voltou a subir em 2015.

Minha experiência no magistério público percorre quatorze anos entre docência, vice- direção e direção escolar. Na condição de gestora da escola objeto de análise, apresento juntamente com a equipe pedagógica uma preocupação em reduzir a taxa de abandono escolar, visando atender o que preconiza a Lei nº 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024: garantia de acesso e permanência no espaço escolar (BRASIL, 2014). Esta posição à frente da equipe gestora da EERB me fez observar o quão alta é a taxa de alunos que deixam de frequentar esta unidade de ensino na última etapa da educação básica e coloca como desafio a todos os profissionais da educação desta unidade escolar: reduzir estes números negativos.

O Ensino Médio é o grande desafio da educação básica brasileira atual por apresentar índices expressivamente baixos nas avaliações em larga escala e uma porcentagem de abandono elevada, conforme demonstram os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A última etapa da educação básica é considerada, na atualidade, o ciclo mais problemático da educação visto que apenas 54,3% dos estudantes conseguem concluí-lo na idade certa, ou seja, até os 19 anos de idade, conforme demonstram dados do relatório “Todos pela Educação” (2017), realizado com base nos índices da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013. Krawczyk (2011) diz ser o Ensino Médio a etapa que mais produz polêmica, seja pela qualidade do ensino, seja pelo ingresso e permanência dos alunos ou ainda pela busca de uma identidade que o defina.

O Ensino Médio na EERB também apresenta déficits educacionais se comparados aos dados nacionais, para exemplificar, no ano de 2016, cerca de 14% dos alunos de nível médio reprovaram. Nas avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) 36,40% dos discentes encontravam-se no padrão baixo de aprendizagem e em Língua Portuguesa 10,70% estavam no nível baixo de aprendizagem e 46,30% no padrão intermediário. No mesmo ano, cerca de 30% dos alunos matriculados e frequentes no Ensino Médio estavam fora da faixa etária adequada para o ano em estudo (MINAS GERAIS, s/d).

Conforme afirma Queiroz (2011, p. 2), o abandono escolar “não é um problema restrito apenas a algumas escolas, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro”.

O abandono escolar no Ensino Médio é um tema que vem sendo discutido há tempos por pesquisadores e causa indignação nos educadores que procuram entender o porquê de jovens em idade escolar abandonarem os estudos na fase final da educação básica, desta forma, Soares et al (2017) afirmam que “o fenômeno do abandono escolar é particularmente grave no sistema educacional público brasileiro” (SOARES et al, 2017). A porcentagem de jovens que concluem o Ensino Médio na idade certa – até os 17 anos – aumentou em 10 anos e passou de 5% em 2004 para 19% em 2014. No entanto 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos

deixaram de frequentar a escola, conforme demonstram dados do IBGE (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

O Brasil tem apresentado nos últimos anos um declínio em relação ao abandono escolar, de 2012 a 2016, este número reduziu em 2,9%, porém as taxas ainda indicam um número elevado de alunos que deixam de frequentar a escola. Ainda de acordo com dados do IBGE e do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), os jovens mais vulneráveis a deixarem de frequentar a escola são os de baixa renda que abandonam a vida escolar por trabalhos precários ou por gravidez na adolescência. De acordo com a mesma pesquisa, o desinteresse dos jovens pelo estudo também é motivo para o abandono. Segundo Azevedo (2011), o problema do abandono escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como os sociais, culturais, políticos e econômicos, como também a escola onde professores têm colaborado a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada (AZEVEDO, 2011). Combater o abandono escolar é um desafio imposto a educadores, pais, comunidade e dirigentes educacionais. Nesse sentido, Ramos e Mendonça (2008) ressaltam que:

Se existe um desinteresse dos jovens pela escola, é importante saber por que. Uma possibilidade é que estejamos assistindo a um desinteresse geral da juventude em se educar, que pode resultar da percepção desse grupo de que a escola não representa uma verdadeira oportunidade, seja devido à baixa qualidade dos serviços oferecidos ou à inadequação às necessidades dos alunos. Se a escola não oferece o que a juventude busca, seria razoável esperar certa perda de interesse por ela (RAMOS; MENDONÇA, 2008, p. 155).

Um ambiente que não condiz com as necessidades e expectativas dos jovens torna-se desmotivador. Investir em qualidade também perpassa pelos conceitos de adaptar espaços que atendam às necessidades de uma juventude que busca encontrar sentido e significado no processo ensino e aprendizagem. Investir em práticas motivadoras é um dos instrumentos para combater o desinteresse, desta forma, cabe a equipe pedagógica e administrativa conhecer sua comunidade escolar tendo atenção especial aos alunos para verificar suas necessidades e expectativas a fim de propor soluções que combatam o desinteresse.

Este caso de gestão apresentado ao curso do mestrado profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) apresenta como questão norteadora quais os principais motivos do abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa, em Campestre, Minas Gerais? Com a finalidade de reduzir o abandono escolar nesta instituição de ensino, buscando por meio de estudos e análises os fatores determinantes que levam o aluno a desistir antes de concluir o nível médio, este estudo de caso apresenta como objetivo geral compreender os fatores intra e extraescolares que influenciam a decisão do jovem e propor um Plano de Ação Educacional (PAE) a fim de reduzir as taxas de abandono escolar. É importante salientar que este caso de gestão irá destacar os alunos que deixaram de frequentar a escola, sendo assim, a pesquisa se concentrará em adolescentes e jovens que abandonaram os estudos sem pedido formal de transferência escolar ou remanejamento de turnos.

A dissertação está dividida em três capítulos. O capítulo 1 tem por objetivo descrever o contexto e o problema abordado no caso de gestão. Sendo assim, esse primeiro capítulo se divide em três seções sendo que a seção 1 apresenta um estudo acerca do contexto histórico do Ensino Médio no Brasil, após este ser inserido na educação básica e, portanto, obrigatória, bem como apresenta suas taxas de matrículas e abandono no decorrer dos últimos cinco anos. A seção 2 traz uma descrição da Rede de Ensino no Estado de Minas Gerais com uma subseção destinada ao Ensino Médio no estado e por fim a seção 3 analisa a Escola Estadual Rui Barbosa, seu contexto histórico e atual e uma subseção que aborda o abandono escolar na EERB. Apresentam-se dados de matrículas e abandono escolar no último quinquênio (2012 a 2016) no Ensino Médio e faz uma contextualização da comunidade escolar que forma esta escola.

Dando continuidade, o capítulo 2 traz elementos para uma compreensão mais ampla no sentido do problema abordado no caso de gestão, dedicando-se à discussão teórica, produção de dados e análise. Na primeira seção, apresentam-se os fatores que influenciam o abandono escolar no Ensino Médio. Estes fatores são apresentados tendo por base a discussão em torno dos motivos intra e extraescolares, na concepção de diversos autores e pesquisadores da área: Bourdieu (1998b), Kuenzer (2007), Libâneo (2001), Werneck (2001), Lück (2009), Meksenas (1988), Queiroz (2011), Azevedo e Reis (2014) principalmente. Estes pesquisadores apresentam de forma clara os motivos que levam os alunos a

abandonarem os estudos, sendo que pode haver uma combinação de fatores que determinam a decisão de abandonar a escola. A seção 2 apresenta a metodologia e os instrumentos utilizados para a coleta de dados, que se deu por meio de entrevistas direcionadas a um grupo de 10 alunos que abandonaram os estudos no Ensino Médio no ano de 2016. E, por fim, a seção 3 apresentou as análises dos dados coletados, sendo que a necessidade de entrar no mercado de trabalho foi apontada como a principal causa do abandono escolar, além do desinteresse escolar e problemas da juventude como gravidez não planejada e uso de drogas e, por fim, uma subseção que apresentou estratégias para a superação do abandono escolar.

No terceiro capítulo, propõe-se um Plano de Intervenção a ser implementado na Escola Estadual Rui Barbosa a partir de 2019, a fim de reduzir as taxas de abandono escolar. Esse PAE sugere as ações: Incentivar a participação dos estudantes na elaboração da Proposta Pedagógica da escola, implementar um projeto motivacional para os alunos de Ensino Médio, promover capacitações para os professores, ampliar as vagas noturnas, criar uma parceria com Associação Comercial e Agropecuária de Campestre, promover palestras sobre a prevenção de gravidez indesejada e sobre a prevenção do uso de drogas, incentivar a participação da família nas atividades escolares e ampliar a parceria com Conselho Tutelar e Assistência Social.

1 ENSINO MÉDIO: A ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este primeiro capítulo descreve o caso de gestão abordado, enfatizando o abandono como um dos principais problemas enfrentados no Ensino Médio que, após a promulgação da LDB/1996, tornou-se etapa obrigatória da educação básica.

A diferença entre evasão e abandono escolar é apontada pelo Inep (BRASIL, 1998), segundo o qual o abandono escolar significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na evasão o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar (BRASIL, 1998).

O termo abandono escolar foi usado, por Klein (2008), para designar a situação do estudante que realiza a matrícula e, no decorrer do ano letivo, por algum motivo, deixa de frequentar a escola sem que haja um pedido formal de transferência. Enquanto que evasão escolar é aplicada ao aluno que deixa de frequentar a escola em um ano e não realiza a matrícula no ano seguinte (KLEIN, 2008).

Os debates acerca do abandono e evasão escolar se intensificam a medida que a universalização do Ensino Médio ainda se encontra em uma realidade distante das escolas brasileiras e mesmo quando a LDB/1996 (BRASIL, 1996), estabelece os princípios da educação no Brasil, atribuindo responsabilidades e direcionando como esta deve estar organizada, quais são os órgãos administrativos responsáveis, quais são os níveis e modalidades de ensino, entre outros aspectos em que se define e se regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição de 1988 (BRASIL, 2018), ainda há um gargalo na última etapa da educação básica que retira uma parte dos jovens das classes escolares.

Apesar de a LDB e o PNE 2014-2024 enfatizarem garantia de acesso, permanência e qualidade da educação básica, o Brasil ainda enfrenta o desafio em manter os alunos matriculados e frequentes no Ensino Médio (BRASIL, 2014). O número de matrículas nesta etapa de educação aumentou nos últimos 25 anos, observando-se, assim, avanços mesmo não tendo alcançado a meta proposta no PNE que propunha universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos. Dados apontam que 1,5 milhão de estudantes que deveriam estar frequentando o Ensino Médio se encontram fora da escola (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2017). Portanto, uma parcela considerável de alunos abandona a vida escolar. Sobre isso, Krawczyk (2009, p. 9) afirma:

[...] a evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos (KRAWCZYK, 2009, p. 9).

O Ensino Médio como etapa obrigatória da educação básica distribui responsabilidades aos atores envolvidos no processo educacional. Cabe aos estados criarem condições para matrículas e permanência dos jovens de 15 a 17 anos, além de viabilizarem mecanismos que busquem sanar as dificuldades e oportunizarem o direito à educação de qualidade. Aos pais, cabe efetuarem a matrícula garantindo a frequência mínima exigida, conforme consta na Constituição Federal de 1988, quando preconiza no artigo nº 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 2018). Às unidades escolares fica a responsabilidade da eficiente administração, garantido aos educandos o direito a uma educação de qualidade. Conforme rege a LDB o Ensino Médio tem como finalidade aprimorar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e também criar mecanismos para que os jovens desenvolvam senso crítico e ético, preparando para a vida do trabalho em comunidade (BRASIL, 1996).

Porém, mesmo com todos os esforços voltados à universalização do Ensino Médio, os números têm demonstrado a ineficácia de se manter o aluno até a conclusão desta fase educacional na escola. Dados levantados pelo governo federal demonstram que 11% dos alunos entre 2014 e 2015 abandonaram seus estudos (BRASIL, 2016). No município de Campestre, onde se localiza a escola em estudo, a realidade não é diferente, visto que uma parcela considerável de alunos desiste do Ensino Médio antes de concluí-lo. Embora o abandono escolar seja um problema amplo e complexo, motivado por múltiplos fatores, esta pesquisa objetiva entender o porquê de jovens de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais não concluírem seus estudos.

A LDB (BRASIL, 1996, s/p) no seu art. 1º, parágrafo 2º, declara que a “Educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”, e acrescentando no art. 22 que “A educação tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no mercado de trabalho e em

estudos posteriores”, porém o Ensino Médio se encontra em um momento indefinido de sua missão: a dualidade entre preparar para o nível superior ou técnico ou formar cidadãos críticos e participantes na sociedade ainda debatem com um currículo conteudista distribuído numa carga horária curta para um número excessivo de conteúdos obrigatórios. Além disso, é possível perceber na escola em estudo que a infraestrutura física não comporta o trabalho prático docente voltado para o Ensino Médio, o que enriqueceria as aulas, promovendo maior envolvimento dos alunos e conseqüentemente maior identificação entre escola e mundo social (BRASIL, 1996).

Sendo assim, para melhor compreender o Ensino Médio, este capítulo se divide em três seções, apresentando, na primeira, uma abordagem acerca do Ensino Médio no Brasil. Suas reformas ao longo da história apresentam a necessidade da busca da identidade desta etapa e para construir esta seção foi importante a análise de legislações.

A segunda seção foi construída com dados do estado de Minas Gerais. A análise de dados referentes à matrículas e abandono escolar, assim como das reformas educacionais ocorridas no Ensino Médio Estadual. Vale destacar, porém, a dificuldade de encontrar documentos que registrassem estas reformas em função da falta de arquivos da secretaria de educação, já que estas ocorreram por meio de resoluções temporárias.

Para finalizar o capítulo, a seção três apresenta a Escola Estadual Rui Barbosa, no município de Campestre, trazendo como objeto de estudos o abandono escolar no Ensino Médio. Conhecer a realidade local em que a instituição se encontra inserida é primordial para entender os possíveis fatores motivadores que levam os alunos a abandonarem os estudos na etapa final da educação básica e, a partir daí, almejar alcançar o objetivo de reduzir o abandono escolar nesta escola. Para compor esta seção foi necessária a análise de documentos internos da instituição assim como fazer um estudo da comunidade local.

1.1 O ensino médio no Brasil

Para dar início a esta seção é importante frisar que foi selecionado como marco para o estudo do Ensino Médio o período a que se segue à promulgação da LDB/1996 que institui esta modalidade de ensino como obrigatória na educação básica e, portanto, direito de todos. A partir deste momento é que o número de

matrículas na última etapa da educação começa a ganhar proporções, porém não atinge a totalidade de jovens entre 15 e 17 anos que deveriam estar matriculados e frequentes na escola.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, o Ensino Médio no Brasil passa a integrar a educação básica a partir da aprovação da LDB/1996 que, em seu art. 4º, estabelece:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental e c) ensino médio (BRASIL, 1996, s/p).

Os incisos quarto, sexto e sétimo da referida lei determinam, respectivamente, o “acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluírem na idade própria” (BRASIL, 1996, s/p), garantindo a “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando” e “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, s/p). Assim, o Ensino Médio, conforme descrito no artigo nº 35 da LDB/1996 tem como finalidades:

A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, s/p).

Nota-se, desta forma, a preocupação em relacionar o Ensino Médio à vida do aluno, incorporando saberes técnicos, mas também inserindo conceitos de vivência social. A formação plena do cidadão pode torná-lo capaz de enfrentar os desafios impostos pela sociedade na qual se encontra inserido. Por outro lado, percebe-se que os objetivos definidos para o Ensino Médio requerem investimento em

infraestrutura física e laboratorial para que o princípio entre prática e teoria seja evidenciado nas aulas e projetos. Sendo assim, Schwartzman (2013, p. 1) diz que o Ensino Médio necessita de inúmeras intervenções, entre elas “a construção e melhoria das instalações físicas disponíveis.” Tendo em vista alcançar essas finalidades elencada na LDB, segundo Silva (2013), o currículo e a organização pedagógica do Ensino Médio devem apresentar atenção especial

[...] à educação tecnológica básica; à compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; ao processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; à língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania (SILVA, 2013, s/p).

Como política pública educacional, entre os anos de 1995 e 2000, foram produzidas várias instruções normativas dentro das políticas educacionais com o objetivo de propor mudanças no currículo do Ensino Médio, dentre as quais se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). De acordo com Silva (2013, s/p), estas propostas “se discordam em sua natureza – ora assumem o caráter de proposta, ora têm uma função normativa – manifestam uma mesma intencionalidade, ou seja, a de produzir mudança significativa na estrutura curricular do ensino médio”.

Para Silva (2013), a imprescindibilidade de uma reforma curricular apresentava a necessidade de articular o saber adquirido nos bancos escolares ao mundo do trabalho. Essa indispensabilidade se mostrou clara inserida nos dispositivos legais que fundamentaram e normatizaram a reforma do Ensino Médio no momento imediatamente após a promulgação da LDB/1996. No que diz respeito à reforma curricular imposta pela promulgação da LDB/1996, Silva (2013) diz que a organização do currículo com base nos saberes disciplinares tradicionais não mais seria suficiente às demandas do campo produtivo, especialmente no que diz respeito à formação para o mundo do trabalho, necessitando assim de uma proposta em que a organização curricular tivesse base na definição de competências e habilidades (SILVA, 2013).

Já nos anos 2000, iniciam-se os debates em torno da elaboração do Plano Nacional de Educação. O PNE 2001-2010, instituído pela Lei nº 10.172/2001, tinha

como objetivo assegurar que, até 2011, todas as crianças, jovens e adultos tivessem condições de acesso e permanência nas escolas públicas do país (BRASIL, 2001). Quanto ao Ensino Médio Regular, as metas do PNE contemplavam o atendimento de 50% da demanda (população de 15 a 17 anos) em cinco anos e de 100% da demanda (população de 15 a 17 anos) em dez anos (BRASIL, 2001).

Mesmo com a meta de atender à metade da população de jovens em idade escolar no nível médio, os dados oficiais ainda demonstravam que as matrículas de nível médio de 2001 a 2006 tiveram um crescimento de apenas 0,5%. Com vistas à universalização de oferta e atendimento da educação de Ensino Médio, foi ampliado investimento para este nível, colocando-o como parte financiada pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Fundo esse criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 (BRASIL, 2006) e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 (BRASIL, 2007a) e pelo Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2007b), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou entre 1998 e 2006. De caráter contábil, o Fundeb destina seus recursos para os estados, o Distrito Federal e os municípios que oferecem atendimento na educação básica. Na distribuição desses recursos, são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Inep/MEC.

Outra iniciativa importante neste sentido foi o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estabelecido pelo Decreto nº 6.094/2007, o qual estabeleceu pactos com os estados e municípios em torno de 28 diretrizes, dentre as quais se destacam: a aprendizagem; o combate à repetência e ao abandono escolar, mediante a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), após diagnóstico da realidade local. A União, neste contexto, apoia financeira e tecnicamente os estados e municípios que firmaram os pactos (BRASIL, 2007c).

O Plano de Metas teve início com movimentos que contaram com a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) por meio de representantes, logo em seguida foram incorporados a discussão outros sujeitos, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), igrejas, imprensas e desta forma, os entes federados, estados, municípios e distrito federal foram convidados pelo

MEC a aderirem a proposta e a fortalecerem o pacto que visava a melhorar a qualidade educacional.

Em 2009, foi instituído o Programa Ensino Médio Inovador (Proemi) através da Portaria nº 971/2009 (BRASIL, 2009). O objetivo do Proemi é apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. Sendo assim, busca promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. As ações propostas do Proemi devem contemplar as diversas áreas do conhecimento e devem ser incorporadas gradativamente ao currículo, ampliando o tempo na escola, na perspectiva da educação integral e, também, a diversidade de práticas pedagógicas de modo que estas, de fato, qualifiquem os currículos das escolas de Ensino Médio (BRASIL, 2009).

Evidencia-se entre as políticas públicas voltadas para sanar as dificuldades apresentadas no Ensino Médio o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), instituído pela Portaria nº 1.140/2013, que define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Ensino Médio público nas redes públicas de ensino (BRASIL, 2013).

Dentre inúmeras políticas da educação básica, foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, o novo PNE, com validade decenal (BRASIL, 2014). A meta 3 do referido plano é destinada ao Ensino Médio e traz como objetivo “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%” (BRASIL, 2014, s/p). Compreende-se por taxa líquida de matrícula a porcentagem de alunos matriculados no Ensino Médio na idade certa (15 a 17 anos), ao contrário, a taxa bruta é a razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (15 a 17 anos) para o curso na etapa de ensino. Para que se cumpra esta meta,

torna-se necessário criar políticas que reduzam as taxas de desistência escolar, pois a cultura de abandono cria um ciclo de distorção idade-série¹.

Porém, de acordo com o Observatório do PNE², o indicador calculado pelo Todos Pela Educação, demonstra a partir dos dados da Pnad/IBGE que a taxa de atendimento não apresentou um crescimento constante, apesar de a porcentagem ter aumentado nos últimos 10 anos. Em 2015, a média nacional atingiu a marca de 84,3%, ou seja, em números absolutos, aproximadamente 8,3 milhões de jovens estavam na escola e pouco mais de 1,5 milhão de alunos estavam fora do sistema educacional. Porém destes 84,3 de jovens de 15 a 17 anos, apenas 62,7 encontravam-se matriculados no Ensino Médio, o restante está fora da série indicada para a idade (OBSERVATÓRIO PNE, 2017).

Após três anos de aprovação do PNE 2014-2024, o governo federal cria por meio da Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016), posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, a reforma do Ensino Médio que dentre inúmeras alterações inclui a criação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017). Em seu texto, traz a ampliação da carga horária de 800/h anuais para 1400/h, a ser acrescida de forma progressiva, sendo que as federações terão um prazo de cinco anos para se adequarem a medida. Além da alteração da carga horária, outras mudanças significativas são evidenciadas na Medida Provisória, a saber: a flexibilização das disciplinas que serão ministradas aos alunos, altera a distribuição do conteúdo das 13 disciplinas tradicionais e obrigatórias ofertadas ao longo dos três anos do ciclo, sendo que só parte da grade será igual para todos os alunos, depois o aluno poderá se aprofundar em: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e/ou ensino técnico. Para atender ao ensino técnico poderão ser contratados professores sem concurso e por notório saber. A Medida Provisória altera significativamente parte do texto da LDB de 1996 e impactará diretamente sobre a organização pedagógica, financiamento e oferta de Ensino Médio no país (BRASIL, 2017).

O currículo do Ensino Médio será definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento que visa nortear o que é ensinado nas

¹ Considera-se distorção idade-série a defasagem de dois anos ou mais referentes à série recomendada.

² O observatório do PNE é uma plataforma online que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do PNE e de suas respectivas estratégias, e oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos dez anos do plano (OBSERVATÓRIO PNE, 2017).

escolas do Brasil inteiro, englobando todas as fases da educação básica, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio. Trata-se de uma condição de referência das finalidades de aprendizagem de cada uma das etapas de sua formação. Longe de ser um currículo, a Base Nacional é uma ferramenta que visa a orientar a elaboração do currículo específico de cada região ou escola, sem desconsiderar as particularidades metodológicas, sociais e regionais de cada lugar.

Os debates em torno da BNCC foram iniciados no segundo semestre de 2015 prosseguindo até maio de 2016, período este em que o Brasil vivia uma acirrada crise política levando ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A segunda e a terceira versão da BNCC não se apresentaram tão genuínas com a finalidade de promover uma educação de qualidade em que todos os atores teriam os mesmos direitos e oportunidades de aprendizagem. Conforme cita Micarello (2016, p. 66) “a definição de uma base comum para os currículos é, nessa perspectiva, o momento para a construção de consensos sobre os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento fundamentais, que podem contribuir para a construção de uma escola mais justa”. Mas este contexto conturbado de incertezas políticas produziu um cenário em que o aluno e professores deixaram de ser prioridades, trazendo para as discussões pelo menos três grandes grupos de interesses que se manifestaram em seu processo de elaboração: os atores diretamente ligados à escola de educação básica (professores, escolas, gestores, estudantes), os atores do espaço acadêmico, ligados à produção de conhecimentos nas diferentes áreas (pesquisadores, professores universitários, associações científicas) e os atores do segmento privado empresarial, com interesses na educação pública e de influenciar a política nacional (fundações privadas em geral) (MICARELLO, 2016).

Após várias discussões e audiências realizadas pelas cinco regiões do Brasil, parte da BNCC foi aprovada em dezembro de 2017. A terceira versão aprovada exclui o Ensino Médio da BNCC que ainda se encontra em discussão e sem data a ser aprovada, mas a nova lei já determina como a carga horária do Ensino Médio será dividida. Tudo o que será lecionado vai estar dentro de uma das seguintes áreas, que são chamadas de “itinerários formativos”, a saber: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas; Formação técnica e profissional.

É neste cenário de (re)construção de uma identidade educacional a qual busca oportunizar a todos os sujeitos direitos básicos de educação, que o ensino

médio convive com incertezas e baixas taxas de conclusão na idade certa, baixos resultados nas avaliações externas e número elevado de abandono e evasão escolar. A necessidade de tornar a última etapa da educação básica atrativa aos jovens de 15 a 17 anos de idade tem sido justificativa para as mudanças que ocorreram, pois o abandono nesta etapa educacional faz parte de sua história. Mas os números têm demonstrado o insucesso brasileiro em superar essa crise educacional que apresenta índices alarmantes ao se comparar a outros países. Com um índice de 24,3%, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), só atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%). Na América Latina, só Guatemala (35,2%) e Nicarágua (51,6%) têm taxas de abandono superiores (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2013).

Por meio da Tabela 1, a seguir, é possível notar que o abandono em nível nacional no Ensino médio é um desafio às políticas públicas educacionais, já que os números demonstram a distância em universalizar a conclusão da educação básica.

Tabela 1 - Porcentagem de jovens desistentes no Ensino Médio brasileiro

Ano	% de abandono escolar
2012	10,4%
2013	9,2%
2014	8,6%
2015	7,8%
2016	7,5%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2018.

Apesar de o número de abandono escolar ter diminuído gradativamente nos últimos cinco anos, a porcentagem ainda indica a necessidade de definir estratégias para conter o abandono no Ensino Médio, já que esta etapa faz parte da educação básica e, portanto, é obrigatória.

1.2 A rede de ensino de Minas Gerais

A Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) é responsável pelas diretrizes voltadas à organização e à fiscalização de assuntos e medidas relacionadas à educação pública. O objetivo da secretaria é atuar no desenvolvimento da educação básica, intermediar a cooperação entre o Estado de

Minas Gerais e seus municípios, além de desenvolver e capacitar profissionais da educação e gerir recursos públicos para melhorias na infraestrutura e na organização escolar (MINAS GERAIS, 2016). A SEE/MG apresenta como missão, de acordo com o site da instituição: “desenvolver e coordenar políticas públicas de educação básica, inclusivas e de qualidade, garantindo plenas condições de funcionamento da rede pública, em especial da rede estadual, promovendo a formação integral dos estudantes, com vistas ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho” (MINAS GERAIS, 2008, s/p).

A Rede Estadual de Educação de Minas Gerais atualmente conta com quarenta e sete Superintendências Regionais de Educação (SRE) que são responsáveis por coordenar e orientar o trabalho nas escolas de sua jurisdição. A EERB pertence à SRE de Poços de Caldas que atualmente coordena 17 municípios, sendo eles: Alterosa, Andradas, Areado, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Monte Belo, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e Serrania. A Tabela 2, a seguir, demonstra o número de matrículas na educação básica na rede de ensino público de Minas Gerais no quinquênio entre 2012 e 2016.

Tabela 2 - Matrículas nas escolas públicas de Minas Gerais

	2012	2013	2014	2015	2016
Creche	126.061	139.320	146.178	161.841	177.923
Pré-escola	327.658	334.024	343.239	345.019	362.295
Anos Iniciais	1.303.909	1.256.021	1.246.395	1.216.637	1.205.100
Anos Finais	1.222.846	1.216.837	1.194.228	1.149.043	1.089.744
Ensino Médio	766.878	746.488	730.934	705.805	755.733
EJA	338.860	329.382	310.837	288.901	327.686
Educação Especial	5.727	5.854	5.719	5.133	4.330

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2018.

As matrículas na creche e pré-escola tiveram um aumento gradativo no decorrer dos últimos cinco anos, ao contrário aconteceu com os anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, já que o número de matrículas reduziu ao longo dos anos. O Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentaram uma queda de matrículas entre os anos de 2013 a 2015, mas retomou o aumento em 2016. Na educação especial houve um decréscimo de matrículas ao comparar os anos de 2012 e 2016.

Ao se comparar as taxas de matrículas do Estado com a do Brasil, nota-se o quanto as matrículas de Ensino Médio em Minas Gerais são significativas. Em 2016, por exemplo, 7.575.667 alunos estavam matriculados no Ensino Médio do Brasil. Destes, cerca de 10% são referentes a matrículas no Estado. A Tabela 3 apresenta a porcentagem de abandono escolar no Estado de Minas Gerais:

Tabela 3 - Porcentagem de abandono escolar em Minas Gerais

	2012	2103	2014	2015	2016
Anos Iniciais	0,5%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%
Anos Finais	3,5%	3,0%	2,6%	2,6%	2,5%
Ensino Médio	10%	9,2%	8,4%	7,2%	6,8%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2018.

Nota-se que o abandono escolar se torna em maior número à medida que aumenta o grau de escolaridade, enquanto os anos iniciais apresentam uma porcentagem insignificante, o Ensino Médio se aproxima de 10%, ficando Ensino Fundamental entre os ciclos. A última etapa da educação básica demonstra a necessidade de intervenções de políticas públicas e de gestão escolar com o objetivo de que os alunos o concluam na idade certa. De acordo com os dados nota-se que o abandono escolar entre os jovens não se restringe apenas à escola em estudo, mas é um quadro negativo que repercute também no Estado, porém ao contrário da EERB, Minas Gerais apresenta números que demonstram a redução gradativa de abandono escolar no ensino Médio.

Ao relacionar a Tabela 3 à Tabela 2 percebe-se o quão grande é a preocupação em relação ao abandono escolar, tendo como exemplo o ano de 2012, o qual teve a maior porcentagem de alunos desistentes dentre os cinco anos analisados, cerca de 76.687 jovens estavam fora da escola e em 2016, ano em que a porcentagem reduziu significativamente, ainda se encontravam aproximadamente 51.389 jovens que não concluíram o Ensino Médio. Estes números representam um fracasso nas políticas que visam a tornar esta etapa do ensino acessível a todos.

O abandono escolar no decorrer dos cinco anos analisados diminuiu progressivamente no Estado de Minas, porém ao compararmos os dados, chegamos à conclusão de que em 2016 cerca de 51.389 jovens deixaram de frequentar a escola na última etapa da educação básica. Para Pereira e Lopes (2016, p. 195) “é

preciso entender e refletir sobre a sociedade em que o jovem está inserido e na qual ele experimenta, circula e compartilha afetos”.

Desta forma, torna-se imprescindível entender a juventude atual para que a escola seja preparada de forma a atender seus anseios e necessidades. Não se pode ficar preso a uma estrutura tradicional, é necessário que o jovem se torne protagonista no ambiente escolar. Manifestar opiniões e participar de decisões pode ser um caminho para a integração jovem e escola, há uma necessidade de articular as necessidades do sistema educacional às exigências do aluno que precisa se sentir parte daquela escola. Sendo assim, Charlot (2000) diz sobre o jovem como sendo “um ser humano levado pelo desejo e aberto para um mundo social no qual ele ocupa uma posição e do qual é elemento ativo” (CHARLOT, 2000, p. 57).

Pereira e Lopes (2016, p. 197) apresentam a juventude e a escola como duas vertentes distintas: de um lado a instituição escolar não oferece os subsídios que os jovens buscam, tampouco relacionam o conhecimento formal ao conhecimento necessário, de outro lado há uma juventude que passa a entender as possibilidades que a educação pode lhes fornecer.

As reformas educacionais devem primar pelos anseios e expectativas da juventude, dar voz ao aluno para que ele se sinta parte de um processo que irá fazer com que ele permaneça ou desista, sendo assim, Souza, Reis e Santos (2015) relatam que:

Trabalhar com jovens – com sua multiplicidade cultural – requer um conhecimento de suas expectativas para que a escola possa ser um ambiente de pertencimento desses sujeitos e consiga explorar toda sua potencialidade, não somente em sua função pedagógica, mas também como local de sociabilidade, de afetos e de desenvolvimento de seres humanos conscientes de si mesmos e de sua relação com os outros (SOUZA; REIS; SANTOS, 2015, p. 8).

A diversidade cultural em uma escola pública permite ao professor explorar conhecimentos e informações que ultrapassam os limites impostos pelo currículo comum. Cultivar o conhecimento comum trazido de casa e das convivências sociais pode ser um método para tornar as aulas não só atrativas, mas significativas àqueles que não enxergam muitas oportunidades da vida.

A escola como instituição formal de ensino resiste às mudanças ocorridas ao longo da história, tornando-se pouco atrativa àqueles que deveriam ser protagonistas

das mudanças. Esta instituição sem sintonia com o mundo do jovem torna-se imprópria e desinteressante, fazendo com que eles se afastem quando adquirem certa autonomia sobre suas vidas. Neste sentido, Reis e Azevedo dizem:

Esse tipo de escola segue por um caminho que, na maioria das vezes, contradiz as expectativas das juventudes. A instituição escola, em sua maneira de ser, com a insensibilidade peculiar possibilitada por uma mobilização pedagógica reprodutivista, parece querer avançar à revelia das necessidades discentes e de suas motivações para estar nela, aprender e vê-la como um local para produzir a mudança e encontrar auxílio à programação de um futuro social mais promissor (AZEVEDO; REIS, 2014, p. 25).

O sistema educacional brasileiro reproduz metodologias e conceitos ultrapassados, as quais não acompanharam as inúmeras mudanças ocorridas na sociedade moderna. A juventude anseia por transformações que venham ao encontro de suas expectativas e que prezem por transmitir conceitos que possam proporcionar expectativas futuras melhores.

1.2.1 O Ensino Médio em Minas Gerais

Ao analisar a educação brasileira, torna-se relevante ter atenção especial às mudanças promovidas no Ensino Médio no Estado de Minas Gerais, as quais foram promovidas com a finalidade de melhorar a qualidade educacional dos estudantes mineiros. Vale destacar que os projetos implantados pela SEE/MG acompanharam as mudanças no governo estadual, fato este que dificulta encontrar documentos que analisam as mudanças das políticas no período.

O Estado passou por grandes reformas educacionais iniciadas entre os anos de 1991 a 1998. Nesta época foram atribuídas às escolas estaduais mais autonomia e responsabilidade ao gerir recursos financeiros, formação de professores e fluxo escolar, atribuindo a estas mais responsabilidades quanto aos resultados obtidos (MELO; DUARTE, 2013).

Ainda na década de 1990, também se iniciaram os processos de organização do ciclo básico (promoção automática); programa de avaliação da escola pública; mudanças na forma de escolha dos diretores; formação dos colegiados escolares; descentralização administrativa e pedagógica das escolas; capacitação dos professores em serviço e por meio de educação continuada; capacitação dos

dirigentes escolares; melhoria da rede física, racionalização do espaço escolar e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação escolar (PEDROSA; SANFELICE, 2005).

Outra iniciativa importante com o objetivo de corrigir o fluxo escolar foi o Programa de Aceleração da Aprendizagem³, lançado em 1998, o qual apresentava como objetivo reduzir as altas taxas de distorção idade-série em toda a educação básica. O programa propunha classes aceleradas⁴ para alunos que não conseguiram concluir sua escolaridade na faixa etária correspondente e era dividido em dois projetos, a saber: Acertando o Passo, direcionado para alunos do Ensino Fundamental, e a Caminho da Cidadania, voltado a alunos do Ensino Médio (PEDROSA; SANFELICE, 2005).

Ao analisar a linha histórica dos projetos desenvolvidos em Minas Gerais, nota-se que eles apresentam características de projetos políticos, ou melhor, de governos, visto não encontrar registros de descontinuidades deles, porém, na prática, eles assumem outro caráter. O que se verifica é que estes deixam de existir ou são renomeados assim que termina um mandato político de governador. Por este fato torna-se difícil encontrar dados que comprovem a eficácia ou não dos programas e projetos mineiros.

Já no início do ano 2000, com a mudança de governo estadual, foi implementado o Projeto “Escola Sagarana”, que apresentava como um dos objetivos garantir matrículas até 2003, de pelo menos 80% dos egressos do Ensino Fundamental (FREITAS, 1999). O projeto visava ao desenvolvimento da escola pública em Minas Gerais com fortalecimento da mineiridade e constava em seu Plano Estratégico “[...] implantar o Sistema Mineiro de Educação, o Sistema Estadual de Avaliação de Desempenho Escolar, o Sistema Estadual de Controle e Avaliação da Qualidade da Educação e o Instituto Superior de Educação” (FREITAS, 1999, p. 34). Os princípios da Proposta da “Escola Sagarana” se baseavam na democracia, humanismo e na educação como direito de todos e dever do Estado,

³ O Programa de Aceleração da Aprendizagem, publicado em 1998 pela SEE/MG, objetivava desenvolver o autoconceito e a autoestima dos alunos; ensinar os conteúdos básicos das quatro primeiras séries e ensinar algumas habilidades básicas, visando superar a ocorrência de altas taxas de distorção idade/série em todo o Ensino Básico do Estado (PEDROSA; SANFELICE, 2005).

⁴ São as classes que participam do programa de aceleração de aprendizagem, instituído em 1997 pelo MEC, que visa corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os alunos deveriam estar cursando (MENEZES, 2001).

cidadania, modernidade, mineiridade, descentralização e interação (FREITAS, 1999). Neste período houve incentivos financeiros de organismos internacionais como o Banco Mundial na busca de equalização das medidas propostas, constituindo o aumento de turmas de Ensino Médio, a fim de atender aos alunos de 15 a 17 anos, sendo autorizadas novas turmas mediante comprovação da demanda. E para os alunos acima de 18 anos houve a oferta de matrículas em Cesec ou Telessalas espalhadas por toda Minas Gerais, por meio de exames de suplência (MELO; DUARTE, 2013).

Mesmo com incentivos para o aumento de matrículas na década de 1990 no Ensino Médio por meio de projetos de aceleração de aprendizagem, ainda se apresentava um gargalo em relação ao último nível da educação básica, pois os números demonstravam que o abandono no Ensino Médio em 2002 era de 17,9% e a taxa de distorção idade/série chegava a 52,6% (MINAS GERAIS, 2003). O governo estadual com o objetivo de reduzir estes números negativos propôs, para o ano de 2003, inúmeras medidas, a saber: a atualização dos conteúdos curriculares por meio de debates para a implementação de um currículo básico comum (CBC) para cada disciplina, sendo aplicados inicialmente em 200 escolas mineiras consideradas “escolas referências”; o aperfeiçoamento dos métodos de ensino valorizando as habilidades apresentadas no CBC e aprimoramento dos recursos didáticos que buscassem atender às mudanças no mundo globalizado apresentando a nova realidade tecnológica e econômica (MINAS GERAIS, 2003). Houve também uma reorganização no ensino regular, EJA e turmas de aceleração de aprendizagem, desta forma, no Ensino Médio regular diurno matriculavam-se os alunos que não apresentavam defasagem idade-série. O Ensino Médio regular noturno estava voltado aos alunos com pelo menos um ano de defasagem idade-série e aos estudantes na idade considerada apropriada, que apresentassem justificativa para não frequentar o curso diurno. E, por fim, a EJA e o Projeto de Aceleração de Aprendizagem, ambos no horário noturno, destinados aos alunos com 19 ou mais anos de idade (MINAS GERAIS, 2003).

Em 2006, houve uma reorganização do currículo no Ensino Médio, que apresentava como principal aspecto impulsionar o funcionamento de grades diferenciadas e simultaneamente nas escolas, com ênfases em diversas áreas (Humanas, Exatas ou Biológicas), além do limite do número de disciplinas oferecidas. A nova proposta curricular trazida pela Resolução n.º 833/2006 (MINAS

GERAIS, 2006a) foi executada a partir do ano de 2007 em algumas escolas consideradas pilotos na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (REE/MG). A ideia era que o estudante fosse vinculado a uma área de conhecimento, sendo alternativas de oferta as ciências humanas, as ciências exatas e as ciências biológicas. Para organizar o currículo, no primeiro ano do Ensino Médio, CBC deviam ser obrigatoriamente ensinados a todos os conteúdos do CBC. No segundo ano do Ensino Médio, os conteúdos eram distribuídos em duas grandes áreas: Ciências Humanas ou Ciências Naturais e o aluno optava pela área a ser estudada. Ao optar por ciências humanas, o aluno tinha como obrigatório um número maior de aulas das seguintes disciplinas: português, geografia, história e línguas. Matemática também era obrigatória, e outras seis aulas eram de definição da escola. Já em ciências naturais, o aluno tinha a mesma estrutura, só que com ênfase maior em matemática, química, física e biologia (quatro aulas semanais cada uma). Português continuava obrigatório nesse agrupamento e outras seis aulas eram divididas entre as demais. E no terceiro ano do Ensino Médio, a escola tinha a liberdade de ensinar conteúdos novos que ultrapassassem os CBC, ampliando a formação dos alunos (MINAS GERAIS, 2006b).

O governo federal apresentou, em 2007, um conjunto de medidas às escolas médias de todo o país a fim de integrar o Ensino Médio à educação profissional. Minas Gerais, seguindo as estratégias nacionais de integrar o Ensino Médio ao ensino profissional implementou, em 2007, o Programa de Educação Profissional (PEP) que visava ampliar o acesso a cursos técnicos, abrindo caminho para a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. O PEP foi oferecido em escolas da própria rede estadual de ensino e instituições conveniadas ou em instituições credenciadas. Os números de matrículas do PEP foram ampliados no decorrer dos anos, sendo que em 2010 foram criadas 400 mil novas vagas destinadas a suprir às necessidades locais. Até 2013, este programa beneficiou aproximadamente 221 mil alunos, em 143 municípios e 89 diferentes tipos de cursos. A última entrada de alunos do PEP foi em 2013, quando foram oferecidas 30 mil vagas em 51 cursos ofertados em 81 municípios de Minas Gerais. Foram investidos R\$144 milhões no período. A partir desta data, o Estado mineiro aderiu aos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), financiados pelo governo federal, que apresenta como objetivo ofertar cursos técnicos e profissionais subsequentes ou paralelos ao Ensino Médio.

Em 2012, com a mudança da secretaria de educação, por conta da mudança do governo estadual, foi criado no Estado de Minas Gerais, por meio da Resolução SEE/MG nº 2.030/2012, (MINAS GERAIS, 2012a) o projeto Reinventando o Ensino Médio (REM) concebido como desdobramento do programa federal denominado Proemi, apresentava como finalidade o combate ao abandono escolar por meio da reformulação curricular. O projeto apresentava também como meta a revisão do Ensino Médio a partir de bases que permitissem o prosseguimento dos estudos e instrumentos favorecedores da empregabilidade (MINAS GERAIS, 2013).

O REM foi desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação em conjunto com 11 escolas de Ensino Médio, consideradas piloto. Nessa experiência piloto, 1620 alunos do 1º ano do Ensino Médio foram beneficiados. Nessas escolas, três áreas de empregabilidade foram adotadas: Comunicação Aplicada, Tecnologia da Informação e Turismo. No ano seguinte, o Programa expandiu suas ações atingindo a 133 escolas estaduais de todas as regiões do Estado – as 11 do ano anterior, onde os alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio já estavam inseridos, e outras 122 escolas estaduais, sendo pelo menos duas em cada uma das 47 SRE. Nas 122, o programa teve início também com os estudantes do 1º ano. Com essa expansão, o REM passou a atender 39.684 alunos do 1º ano e 2º ano do Ensino Médio. Foi em 2014 que o programa chegou às 2.246 escolas estaduais mineiras que ofertam o Ensino Médio. Com a universalização, 314.618 alunos passaram a ter uma carga horária maior e disciplinas das áreas de empregabilidade. Nas novas escolas, o programa também foi implantado no 1º ano do Ensino Médio (MINAS GERAIS, 2014).

Porém, diante de inúmeras dificuldades encontradas pelas escolas estaduais, como a falta de transporte escolar rural para o cumprimento da 6ª aula, neste caso os alunos eram dispensados e sofreram com a falta de conteúdos do currículo básico, pois de acordo com orientações da SEE/MG a 6ª aula não poderia ser das áreas da empregabilidade. A falta de capacitação para os professores e recursos para a alimentação também ficaram a desejar, pois a capacitação e recursos foram destinados apenas às escolas piloto, as demais não foram contempladas. Com tantos problemas apresentados, o REM foi extinto em 2015 e por meio da Resolução nº 2.742/2015 retomou à grade curricular sem os conteúdos da área da empregabilidade ofertados pelo REM (MINAS GERAIS, 2015a).

Após descontinuidade do REM, a SEE/MG orienta às escolas a aderirem ao Proemi- Programa Ensino Médio Inovador que foi instituído pela Portaria nº 971/2009 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir ao redesenho dos currículos do Ensino Médio (BRASIL, 2009). O objetivo do Proemi é apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual (BRASIL, 2009). A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais aderiu ao programa em 2013, tendo 1893 escolas participantes. Com a descontinuidade do REM, este número subiu no biênio 2016/2017 para 2.245.

Para aderir ao Proemi, o diretor escolar deve preencher o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDDE interativo), apresentando uma Proposta de Redesenho Curricular (PRC), a saber: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Mundo do Trabalho, Línguas Estrangeiras, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e Uso das Mídias e Protagonismo Juvenil. Dentro do PRC um grupo de trabalho coordenado pelo diretor escolar elabora projetos a serem desenvolvidos pela escola no decorrer de um biênio. Este projeto descritivo deve ser acompanhado de um relatório de bens de consumo, bens permanentes ou prestação de serviços o quais serão necessários para o desenvolvimento das ações. A SRE e a SEE do estado validam os projetos que serão custeados pelo governo federal.

Como as reformas implementadas, nas últimas décadas, não alcançaram o objetivo de tornar o ensino atraente ao jovem mineiro, a SEE/MG, desde 2015, tem procurado resgatar os jovens que se encontram fora do contexto escolar. Para isto foi criada uma campanha denominada– Virada da Educação de Minas Gerais (VEM) que objetiva motivar os jovens a voltar aos estudos (MINAS GERAIS, 2015a). O VEM estimula que dirigentes e professores mobilizem escola e comunidade para atrair aqueles que estão fora da escola. Em cada ano letivo é destinado um dia, geralmente um sábado, já previsto na Resolução que determina o calendário escolar, e busca estimular as escolas a abrirem suas portas e mostrarem para a comunidade as ações e projetos que desenvolvem. Neste dia, todos aqueles que

trabalham na escola são responsáveis por fazer o convite aos jovens em situação de evasão escolar, para que estes retomem seus estudos.

Num contexto de profundas mudanças em busca de uma identidade que defina o Ensino Médio, Minas Gerais, um Estado com grande extensão territorial, tem atualmente 2.236 escolas espalhadas por todo o território atendendo ao nível médio, sendo que desta, 44 estão aptas a iniciarem gradativamente o Ensino Médio em tempo integral, visando a atender a lei de reforma do Ensino Médio. Quadro 1, a seguir, apresenta o número de matrículas no Ensino Médio mineiro entre 2012 e 2016:

Quadro 1 - Número de matrículas em MG no Ensino Médio

2012	2013	2014	2015	2016
721,67	697,186	675,118	666,181	697,502

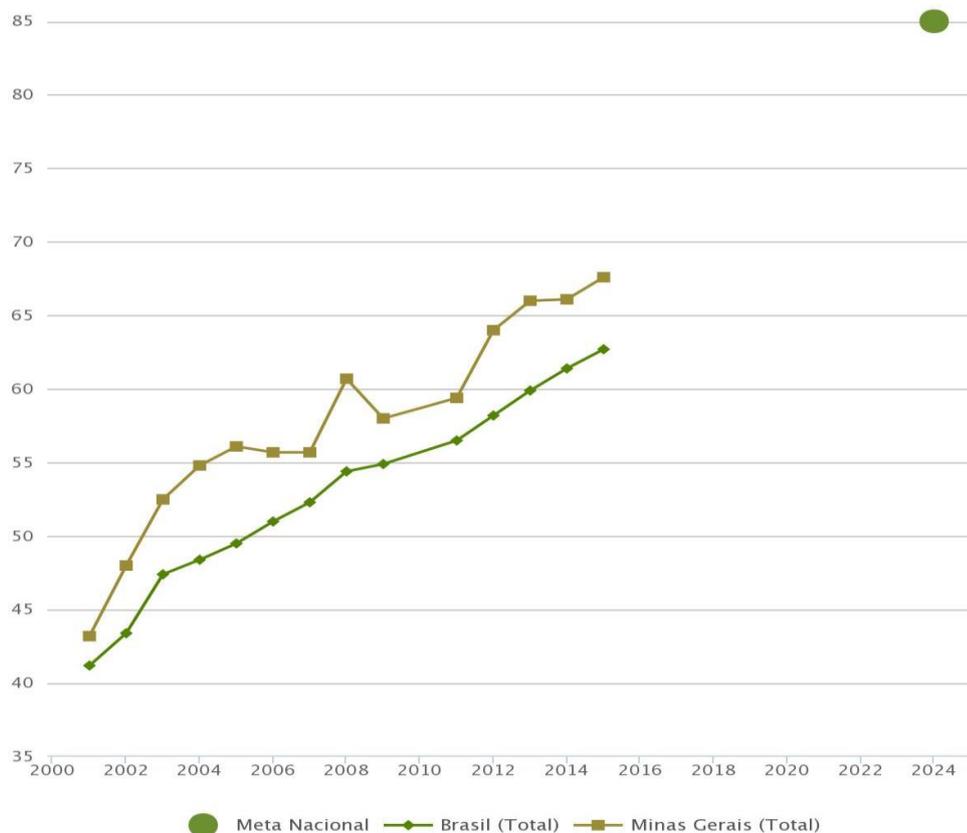
Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

Em consonância com o PNE, o Plano Estadual de Educação (PEE) de Minas Gerais pretende instituir em sua meta 3 universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (MINAS GERAIS, 2015b).

Para atender a esta meta são estabelecidas 15 estratégias, sendo elas: promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, institucionalizar programa de renovação do Ensino Médio, articular-se e colaborar com o Ministério da Educação para que esse, ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elabore e encaminhe ao Conselho Nacional de Educação (CNE), até o segundo ano de vigência do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes de Ensino Médio, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum dos currículos do Ensino Médio; garantir a fruição de bens e espaços culturais, manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, laborar para a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à educação profissional, estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso

e da permanência dos e das jovens beneficiários de programas de transferência de renda no Ensino Médio, promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, fomentar programas de educação e de cultura, com qualificação social e profissional, para a população urbana e do campo que esteja fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. O Gráfico 1, a seguir, apresenta a porcentagem de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio:

Gráfico 1 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio



Observatório do PNE
 Fonte: Fonte: IBGE/Pnad
 Elaboração: Elaboração: Todos Pela Educação

Fonte: Observatório PNE, 2017.

Buscando atender à meta 3 do PNE, pode-se considerar que Minas Gerais está próxima de cumprir o que o plano determina, e, ao comparar aos resultados nacionais, percebe-se o aumento gradativo nos últimos cinco anos de matrículas no Ensino Médio.

Os jovens mineiros têm se matriculado no Ensino Médio, conforme demonstra o Gráfico 1. O aumento de matrículas é considerado significativo, visto que entre os anos 2000 a 2016 houve um acréscimo de aproximadamente 25% de matrículas, mas a preocupação além de alcançar a meta nacional de 85% de jovens matriculados é criar condições para que o jovem não deixe de frequentar a escola no decorrer do ano letivo.

1.3 A Escola Estadual Rui Barbosa

A EERB está localizada na cidade de Campestre, Sul de Minas Gerais. Campestre é uma cidade interiorana com uma população de pouco mais de 20 mil habitantes que tem como principal fonte de renda a cultura cafeeira, seguida pela produção nas pequenas fábricas de costuras. O município ocupa uma área de 577.843 Km², estando a 415 Km da capital Belo Horizonte. A cidade integra a microrregião de Poços de Caldas e faz limite com os municípios de Divisa Nova, Botelhos, Bandeira do Sul, Caldas, Santa Rita de Caldas, Ipuiuna, Poço Fundo, Machado e Serrania (IBGE, 2017).

Dados do censo 2010 apontam a população do município de Campestre de 20.553 habitantes, sendo que, deste total 9.730 são residentes de zona rural e a outra parcela de 10.971 residentes da área urbana (IBGE, 2017). O município é predominantemente agrícola, tendo a produção cafeeira como principal fonte de renda dos nativos. Outra opção de renda são as pequenas fábricas de costuras que empregam em grande parte jovens e mulheres que, muitas vezes, se sujeitam a trabalhar sem seus direitos legais garantidos.

As atividades da EERB tiveram início em 1º de julho de 1955 sob a designação de Ginásio Municipal de Campestre, graças à iniciativa de um grupo de eminentes cidadãos locais que fundaram, naquela oportunidade, a Sociedade Civil “Rui Barbosa”, com finalidade de administrar uma escola que pudesse proporcionar aos jovens uma Educação de qualidade. Em 25 de maio de 1963, decidiu-se, conforme reunião de membros da Sociedade Civil “Rui Barbosa”, transferir a Escola

para o Estado de Minas Gerais, visando a uma melhoria no ensino e maior garantia no funcionamento. A partir de 06 de novembro de 1963, passou a denominar-se Ginásio Estadual Rui Barbosa, conforme Lei Estadual nº 2.919/1963. Em 1974, conforme Resolução nº 810/1974 da Secretaria de Estado da Educação, a Escola recebe o nome de Escola Estadual “Rui Barbosa” (ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA, 2015).

Em 1991, consoante ao artigo nº 4 da Portaria nº 35/1991 e Resolução nº 342/1986 emanada pelo Conselho Estadual de Educação, o 2º grau passa a ser incorporado neste estabelecimento, a denominação de Escola Estadual Rui Barbosa, Ensino de 1º e 2º Graus.

A EERB localiza-se no centro da cidade de Campestre e oferece anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA. Porém, políticas de municipalização têm diminuído gradativamente o número de turmas do Ensino Fundamental e, hoje, 76% das turmas formadas são de Ensino Médio Regular. Os alunos matriculados na escola provêm de área rural e urbana.

A infraestrutura da escola é considerada adequada, conforme diagnóstico realizado pelo Simade. A escola possui sala de professores, sala de direção, secretaria, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, sanitários, copiadora, acesso à internet, rede de esgoto e cozinha (MINAS GERAIS, s/d). O espaço externo da escola é amplo e uma construção e reforma está em fase final, proporcionando à escola ambientes de refeitório e sala multimídia, além de ampliar o número de sanitários.

A partir daí é possível levantar algumas hipóteses acerca do abandono escolar entre os jovens. Esta idade é a fase em que há a busca pelo trabalho, seja ele para terceiros ou na produção familiar, atividade típica das pequenas propriedades que formam o município.

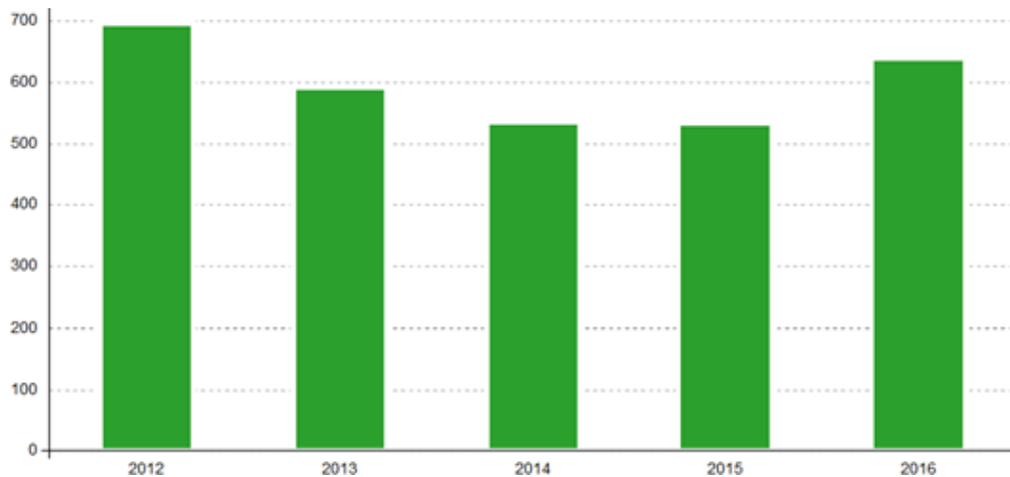
1.3.1 O Abandono Escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa

A EERB oferta o ensino Médio nos turnos da manhã, tarde e noite. Porém, o regimento interno escolar prevê o direito de matrículas prioritariamente aos alunos de zona rural no turno da manhã, visto ser este o único a oferecer transporte escolar público gratuito e ficando o turno da tarde reservado aos alunos que residem na cidade. As vagas que sobram das matrículas rurais são destinadas aos jovens

trabalhadores que cumprem meio período de jornada; já o ensino noturno é direcionado ao aluno trabalhador com jornada completa de 8 horas diárias.

Os alunos que compõem o Ensino Médio da EERB provêm, principalmente, de duas escolas municipais, de uma escola estadual e da própria escola, já que esta é a única a ofertar a última etapa da educação básica. O Gráfico 2 ilustra a situação das matrículas no Ensino Médio ao longo dos últimos cinco anos.

Gráfico 2 - Número de matrículas no ensino médio na EERB



Fonte: Minas Gerais, s/d. Gráfico elaborado pela autora, 2018.

De acordo com dados do Simade, em 2016, os alunos matriculados, eram representados por 54,6% do sexo feminino e 45,4% do sexo masculino, sendo que 39,8 oriundos da zona rural e 60,2% residentes na zona urbana e 0,35% do total de alunos declararam utilizar o transporte público escolar. Ainda de acordo com os dados do mesmo ano, 81,30% dos alunos se declararam de cor branca, 10,2% parda, 1,2%preta e 7,3% não informaram a cor (MINAS GERAIS, s/d).

Diante dos dados e sendo esta escola a única a ofertar a última etapa da educação básica, o público apresenta-se bastante heterogêneo. Buscando formar turmas para início no 1º ano, a direção escolar prioriza mesclar alunos das diferentes escolas do município e de outros municípios a fim de respeitar e valorizar a pluralidade cultural e de ideias (ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA, 2015). Anualmente o Ensino Médio da EERB recebe alunos das escolas do Município, a saber: Escola Municipal Cônego Artur, Escola Municipal Pedra Grande, Escola Estadual Elias Jorge Zenun e da própria escola. Dos municípios vizinhos: Caldas, Bandeira do Sul, Poço Fundo e Serrania. E, em alguns casos, alunos que vem de

toda parte do país e que fizeram o Ensino Fundamental em escolas públicas ou particulares. A Tabela 5 apresenta o percentual de alunos matriculados no EM da escola de acordo com a escola em que cursou o Ensino Fundamental:

Tabela 4 - Percentual de alunos matriculados no EM de acordo com a escola em que o EF foi cursado

	2012	2013	2014	2015	2016
EERB	35%	12%	15%	25%	23%
Outras escolas públicas do município	59%	83%	80%	70%	72%
Outra escola pública da região	5%	4%	5%	5%	5%
Escola particular da região	1%	1%	0%	0%	0%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2018.

Uma hipótese para o alto índice de abandono na EERB, conforme mais a frente demonstrará a Tabela 6, poderia ser relacionada com seu nível socioeconômico, bem como as origens escolares diferentes ao longo dos últimos anos. Isso poderia traçar um perfil desfavorável à permanência dos alunos na escola. Sobre isso, observa-se, a partir dos dados da Tabela 5, que a maior parcela de alunos matriculados no Ensino Médio é proveniente de escolas públicas do município. A porcentagem de alunos vindos de outros municípios na região é baixa, mas todos os anos a escola recebe alunos dos municípios de Bandeira do Sul, Caldas e Poços de Caldas. Já sobre o Índice Socioeconômico (ISE) Médio dos alunos do EM da EERB é considerado médio baixo, conforme demonstram dados do Simade (MINAS GERAIS, s/d).

Comumente associa-se a escola numa perspectiva de futuro promissor. Porém, o que se observa na educação pública brasileira é um afunilamento, ou seja, quanto maior o grau escolar, menor é o número de concluintes.

O sistema escolar tem funcionado como um funil, em que muitos ingressam, mas poucos conseguem concluir, especialmente de forma regular e sem distorção idade/série, principalmente os alunos em condições sociais desfavoráveis. Nessa perspectiva, muito ainda precisa ser feito para viabilizar o direito à educação desses alunos (CASTRO; TAVARES JÚNIOR, 2016, p. 256).

Diante do exposto, verifica-se que os alunos da EERB apresentam um perfil socioeconômico desfavorável em relação à conclusão do Ensino Médio. Cunha (1981) e Brandão, Baeta e Rocha (1983) defendem a ideia por meio de pesquisas

que alunos oriundos de classes menos favorecidas são mais propensos a abandonar os estudos. Eles têm que ajudar em casa financeiramente e por outro lado, há uma descrença das famílias em relação aos estudos, deixando-os para segundo plano.

Para alguns setores sociais, cursar o ensino médio é algo tão natural quanto comer, tomar banho etc. E, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa (seja por parte dos pais ou pelo ingresso na universidade). A questão está naquele grupo social para o qual o ensino médio não faz parte nem de seu capital cultural nem de sua experiência familiar e, por isso, o jovem desse grupo, geralmente não é cobrado para continuar estudando. É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola (KRAWCZYK, 2009, p. 9).

Analisando a situação escolar desta escola é possível notar, a partir dos dados da Tabela 6, a seguir, a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar esta modalidade de ensino nos últimos anos em que a tentativa de universalização se evidenciou através da criação da LDB. Além do mais, o aumento de investimentos públicos, através da criação do Fundeb, fundo este que integrou o Ensino Médio ao financiamento público, teria como foco criar condições para que os alunos concluíssem a última etapa da educação básica.

Tabela 5 - Abandono Escolar na E. E. R. B

Série	2012	2013	2014	2015	2016	Total Serição
1º Ano	30	25	28	38	41	162
2º Ano	33	21	22	27	19	122
3º Ano	28	14	16	10	22	90
Total Anual	91	60	66	75	82	

Fonte: Minas Gerais, s/d. Tabela elaborada pela autora.

A alta porcentagem de desistência dos alunos nesta escola necessita de atenção especial, visto que supera a média estadual que, nos anos de 2012 a 2016, esteve em 8,32% e na escola em estudo em 12%, conforme demonstrado na Tabela 6. O abandono escolar no Ensino Médio perpassa por todas as séries. No entanto, a análise de dados retirados do Simade comprova ser o 1º ano a sofrer mais com a desistência dos alunos, porém o 2º ano também apresenta altos índices de abandono, sendo apenas no último ano um pequeno decréscimo na porcentagem, conforme dados apontados na Tabela 6.

Vale destacar, conforme já mencionado, que Campestre é uma cidade interiorana com pouco mais de 20 mil habitantes distribuídos em zona rural e urbana, cuja economia é movimentada pela cultura cafeeira e pelas pequenas fábricas de costura. A principal fonte de renda do município que emprega seus nativos e traz, no período da colheita, mão de obra de outros estados também tira o jovem da escola. A busca por melhores condições de vida faz com que jovens em idade escolar evadam das salas de aulas para ajudarem as famílias nas pequenas propriedades onde a agricultura familiar prevalece, ou, buscando nas pequenas fábricas o primeiro emprego.

No Brasil, diversas pesquisas apontaram que o abandono escolar no Ensino Médio é influenciado pela necessidade de o jovem entrarem no mercado de trabalho, seja colaborando com o orçamento familiar, seja para ter o seu próprio dinheiro (ARROYO, 1993; MEKSENAS, 1988). Sendo assim, analisando e conhecendo a realidade local, deduz-se que sem grandes projeções futuras, visto que Campestre é uma cidade pequena, sem grandes indústrias e que produz mão de obra barata e sem qualificação, o jovem se vê desmotivado a prosseguir seus estudos, pois têm consciência de que as pequenas fábricas e a agricultura não requerem estudos e caso desejem investir na vida acadêmica, necessitam migrar para outras cidades ou estados. Soares et al (2017, p. 527) afirmam que “naturalmente, essas aspirações aumentam o engajamento escolar desse jovem, que, para alcançá-las, desenvolve maiores objetivos educacionais do que os que não as possuem”. Desta forma, evidencia-se que o jovem sem grandes aspirações não vê sentido nos estudos.

A última etapa da educação básica brasileira não apresenta argumentos sustentáveis para atrair o jovem aos estudos, pois, conforme destaca Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 2) o Ensino Médio “vive a dualidade entre o seu caráter profissionalizante ou propedêutico”. Que conforme destaca Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apud Fritsch, Vitelli e Rocha (2014):

O nível médio de ensino comporta diferentes concepções: em uma compreensão propedêutica, destina-se a preparar os alunos para o prosseguimento dos estudos no curso superior; para a concepção técnica, no entanto, esse nível de ensino prepara a mão de obra para o mercado de trabalho; na compreensão humanística e cidadã, o ensino médio é entendido no sentido mais amplo, que não se esgota nem na dimensão da universidade (como no propedêutico) nem na

do trabalho (como no técnico), mas compreende as duas – que se constroem e reconstroem pela ação humana, pela produção cultural do homem cidadão –, de forma integrada e dinâmica (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 354 apud FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 4).

Levando em consideração esta dualidade apresentada, o jovem campestre não vê pretensões para prosseguir seus estudos, pois o município não proporciona oportunidades de emprego que exijam mão de obra qualificada, tampouco oportunidades para investir em uma carreira a nível superior.

Segundo Soares et al (2017), as pesquisas apontam que o fato do aluno deixar de frequentar as aulas é motivado “pela dificuldade de conciliar trabalho com os estudos, gravidez na adolescência, problemas familiares, o excesso de disciplinas, a falta de interesse, a defasagem idade-série, dificuldade de aprender e a qualidade percebida no trabalho do professor” (SOARES et al, 2017, p. 18). Esses motivos serão explorados no próximo capítulo e serão relacionados à pesquisa de campo realizada na comunidade local.

Após apresentar os números negativos, comprovados por meio do abandono escolar, que fazem parte da realidade da escola em estudo, torna-se relevante aprofundar-se de forma qualitativa por meio de referencial teórico que buscará explicar os problemas que instigam o jovem a abandonar a escola na última etapa da educação. Porém, segundo Soares et al “observa-se uma carência, principalmente no contexto do ensino médio, de estudos que possam corroborar, clarificar ou até mesmo aprimorar as diferentes explicações para o fenômeno do abandono escolar” (SOARES et al, 2017, p. 20). Para os autores a falta de estudos nacionais dificulta a necessidade e importância de se investigar os fatores determinantes para o abandono escolar no Brasil.

Entender o contexto do ensino médio em nível nacional, estadual ou municipal por meio da única escola de Ensino Médio local foi o propósito deste capítulo. E, a partir dos dados já apresentados, torna-se fundamental buscar, por meio de referenciais teóricos, uma assimilação qualitativa acerca do tema em estudo, fornecendo elementos para a investigação dos fenômenos que levam ao abandono escolar no Ensino médio da EERR.

2 POSSÍVEIS MOTIVOS QUE LEVAM OS ALUNOS A ABANDONAREM O ENSINO MÉDIO

O abandono escolar caracteriza-se pelo ato de o aluno deixar de frequentar as aulas no decorrer do ano letivo. Remetendo ao primeiro capítulo, foi possível analisar as inúmeras mudanças ocorridas no Ensino Médio ao longo dos anos após sua inclusão na educação básica brasileira. Também foi possível comprovar que a EERB apresenta, nos últimos anos, uma porcentagem alta de alunos que abandonam os estudos no Ensino Médio, sendo assim, este caso de gestão propõe entender por quais motivos estes jovens não concluem a educação básica na idade certa com o objetivo de reduzir ao abandono escolar na escola em estudo.

O Presidente Executivo do Movimento “Todos pela Educação”, Ramos e Mendonça (2008, p. 4) enfatiza que: “não basta colocar o jovem na escola. É preciso criar condições para que ele aprenda.” (RAMOS; MENDONÇA, 2008, p. 4). E apesar de os números demonstrarem o avanço em relação ao número de matrículas em todo o país ainda há a dificuldade de manter os jovens na escola até a conclusão do ensino básico. Ramos ainda declara que “foram avanços importantes, estruturais, mas sabemos ser ainda insuficientes. Precisamos dar maior amplitude e velocidade às mudanças na área educacional” (RAMOS; MENDONÇA, 2008, p. 4).

Com o objetivo de entender os motivos que levam os jovens a deixarem os estudos ao longo do ano letivo por meio de análise de pesquisas de autores voltados para a área da educação, o capítulo 2 apresentará uma leitura e análise de referenciais bibliográficos acerca do abandono escolar no Ensino Médio, buscando por meio da análise bibliográfica entender os motivos intra e extraescolares que levam os alunos a deixarem de frequentar a escola. Este capítulo também é dedicado à coleta de dados locais por meio de questionários direcionados a alunos que abandonaram os estudos nos últimos cinco anos e a alunos matriculados atualmente no Ensino Médio nos três turnos que a escola oferta esta modalidade.

O capítulo 2 se divide em duas seções, sendo que a seção 1 se dedica à análise de referenciais bibliográficos que apontam motivos intra e extraescolares que fazem com que os alunos abandonem o Ensino Médio antes de concluí-lo. A seção destina a estudos de autores conceituados que se dedicam a estudos sobre o tema em análise. A segunda seção aborda a metodologia aplicada aos alunos e ex-alunos

com a finalidade de conhecer os motivos que levaram os jovens a abandonarem os estudos ou entender o que eles pensam sobre a EERB.

2.1 Fatores que influenciam no abandono escolar no Ensino Médio

O tema do abandono escolar tem sido motivo de diversos estudos e debates. Para subsidiar a discussão acerca do tema serão apresentadas as referências com base em pesquisas de diversos autores nacionais e alguns internacionais. Este capítulo tem como objetivo apresentar evidências acerca do abandono escolar no ensino médio.

Rumberger e Lim (2008) dividiram os fatores que predizem se o estudante abandona ou consegue concluir o Ensino médio em dois grupos: aqueles associados às características individuais dos alunos e os associados às características institucionais de suas famílias, escolas e comunidades. Sendo assim, o problema do abandono tem suas causas intra e extraescolares. Estes motivos que desestimulam o aluno a permanecer na escola é uma preocupação histórica em relação ao Ensino Médio. Fatores externos interferem na decisão do jovem, porém cabe à escola assumir o seu papel e buscar intervir na realidade local, sendo assim, Gouveia, Ribeiro e Santos (2016) dizem:

Reconhece-se que há fatores externos que estão correlacionados aos resultados que não dependem exclusivamente da ação da escola, mas da atuação de diversas esferas da sociedade. Também é sabido que as soluções não são imediatas. Por outro lado, a escola não pode se isentar da responsabilidade que lhe é devida e deve estar preparada para transformar a realidade. Para tanto, é importante que identificar os aspectos que estão relacionados à dificuldade de integração de um grupo de alunos no sistema educacional os motivos do baixo desempenho desses estudantes (GOUVEIA; RIBEIRO; SANTOS, 2016, p. 406).

Os problemas extraescolares não são resolvidos apenas por intervenções educacionais, mas sim por políticas públicas integradas que possam garantir ao jovem e sua família condições e garantias de usufruir dos direitos fundamentais previstos na constituição de 1988, em que seu capítulo II, artigo 6º estabelece que “são direitos sociais a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição” (BRASIL, 2018, s/p). A

carência ou ineficácia de políticas públicas específicas para a juventude favorecem o processo de vulnerabilidade social, e podem ser interpretadas como:

[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que proveem do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI, 2001; FILGUEIRA, 2001 apud ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p. 3).

Os problemas intraescolares podem ser resolvidos ou amenizados no âmbito escolar, podendo haver intervenções de gestão escolar diante de uma gestão democrática que preze pelo trabalho conjunto e participativo de todos os segmentos que compõem o sistema educacional. Sendo assim, a escola deve refletir sobre a necessidade de redimensionar suas práticas pedagógicas, despertando nos alunos interesse e comprometimento com os estudos. Dayrel (2007) diz:

[...] espaço físico e a infra-estrutura escolar, com o tipo e a qualidade dos equipamentos oferecidos; a sua localização geográfica, se em áreas centrais da cidade ou no bairro onde mora; o corpo docente existente, com maior ou menor sensibilidade e formação para trabalhar com cada clientela; o projeto-pedagógico existente e a forma como implementam os processos educativos, dentre outros, são exemplo de variáveis que vão interferir na forma como os jovens constroem o seu estatuto como alunos, criando maior ou menor identificação com a escola que frequentam e determinando o seu percurso escolar (DAYRELL, 2007, p. 1107).

A necessidade de intervenção da gestão escolar perante problemas existentes se faz necessária para que o projeto Político Pedagógico seja ativo e busque trabalhar a diversidade existente na escola, buscando fazer com que o aluno se reconheça no ambiente escolar, fator este que pode determinar a sua inclusão ou exclusão da vida educacional. Neste sentido, Kuenzer (2007) diz que, para haver avanço das condições de sucesso e permanência dos estudantes na escola, é necessário que haja investimentos em equipamentos, em ampliação de espaços físicos e na qualificação permanente dos professores, mas especialmente na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola a fim de atender a nova realidade social dos educandos. Neste sentido, Gouveia, Ribeiro e Santos (2016), contemplam:

Em muitas escolas públicas, seus gestores escolares e professores acreditam que o aluno simplesmente desiste de continuar a frequentar o ambiente de saber e conhecimento. Não se questiona se o ambiente escolar é favorável ou hostil à permanência do aluno em suas dependências, ou se o projeto político pedagógico contempla as especificidades que este aluno possa vir a necessitar para se integrar à escola (GOUVEIA; RIBEIRO; SANTOS, 2016, p. 410).

Costa (2013, p. 187) corrobora com a ideia de que há a necessidade de um espaço que contemple as necessidades do aluno, desta forma, destaca que “universalizar o ensino médio com qualidade exige estabelecer metas relacionadas à infraestrutura física e pedagógica das escolas médias.” O autor também evidencia a necessidade de formação do professor e valorização por meio de melhores salários. Não há como determinar um fator único para garantir o sucesso educacional, investir em infraestrutura, equipamentos e em mão de obra qualificada são requisitos mínimos para almejar uma educação de sucesso (COSTA, 2013).

Conhecer a realidade da comunidade escolar é de suma importância ao gestor que deve primar pela qualidade educacional voltada para atender às necessidades da comunidade, sendo assim, faz-se necessário incorporar conhecimentos e cultura local na proposta pedagógica a qual deve estar sempre atualizada e em consonância com as diretrizes curriculares.

Pode-se caracterizar o abandono escolar como a renúncia das atividades escolares sem que o aluno tenha finalizado o percurso escolar obrigatório. Identificar as causas do abandono escolar é uma tarefa complexa, pois este fenômeno é influenciado por vários fatores, podendo ser determinante não apenas um fator, mas um conjunto de agravantes que desestimulam a permanência do aluno na escola. Desta forma, Sousa et al (2011) diz que o abandono escolar no Brasil se apresenta como um problema histórico, que persiste até os dias atuais, em decorrência da inter-relação de inúmeros e complexos fatores. Na mesma linha de ideias, Meneses (2011) afirma que o abandono tem raízes históricas e vai além ao afirmar que as políticas governamentais direcionadas ao Ensino Médio apresentam características elitistas.

Implantar políticas que busquem amenizar ou erradicar o abandono escolar no Ensino Médio é necessário para que se reduza, ao longo dos anos, o número de não concluintes do desta etapa, assim como reduzir os números negativos de

distorção idade-série⁵ que são evidenciados no Ensino Fundamental e Médio. A fim de melhor compreender a temática alguns autores como Fernandes (2005), Queiroz (2011), Meneses (2011) e Dayrell (2007) apontam duas vertentes para as causas do abandono escolar no Ensino Médio: uma relacionada aos fatores extraescolares e outra relacionada aos fatores intraescolares.

Dentre os fatores internos podemos relacionar a escola como sendo uma das responsáveis pela desistência do aluno. A responsabilização da escola é evidenciada na LDB/1996 (BRASIL, 1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) quando caracterizam que o abandono escolar e as faltas escolares sucessivas ferem o direito de aprendizagem da criança e adolescente, sendo a escola responsável por tomar as providências legais para garantir a permanência do aluno até a conclusão da etapa básica da educação: “O fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce a ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade” (FUKUI, 1980 apud BRANDÃO; BAETA; ROCHA, 1983, p. 38).

Neste sentido, observa-se que a escola deve acompanhar a vida do aluno e estar atenta às faltas consecutivas ou alternadas em grande número, pois estas podem ser um indício de que o aluno esteja prestes a abandonar os estudos no decorrer do ano letivo.

A escola não atrativa que se apresenta num contexto fora da realidade em que os alunos estejam acostumados pode desestimular a continuidade dos estudos. Inovar práticas pedagógicas, incentivando o protagonismo juvenil para que o jovem se sinta motivado a superar as dificuldades é um desafio para a escola, pois requer mudanças na postura da gestão escolar assim como dos professores e toda equipe pedagógica. Carbonell (2002) afirma que:

Modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. E, por sua vez, introduzir em uma linha renovadora, novos projetos e programas, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos e outra forma de organização e gerir o currículo, a escola, e a dinâmica da classe (CARBONELL, 2002, p. 19).

⁵ Distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar (QEDU, 2018).

É necessário que a escola pare e permita que a equipe gestora e pedagógica reflita sobre suas ações a fim de direcionar estratégias que visam a tornar o ambiente escolar propício à aprendizagem.

O currículo escolar traz um conteúdo desconexo do mundo do aluno, não prima pela diversidade cultural existente em nosso país. Além do mais, há um número excessivo de matérias no Ensino Médio, sendo atualmente em Minas Gerais, uma grade curricular única dividida em 13 conteúdos curriculares, sem oportunizar a escola autonomia para promover a melhor forma de organizar estes nos três anos do nível médio. Charlot (2000) e Schwartzman (2010) afirmam que o Ensino Médio no Brasil é enciclopedista e, assim, os alunos não conseguem acompanhá-lo. Os conteúdos apresentam-se fragmentados e descontextualizados, sendo aplicados a alunos enfileirados, utilizando-se de quadro e giz como recursos mais utilizáveis na escola.

Ensinar adquire novos significados para relacionar-se com as novas tecnologias da comunicação, para ler e entender melhor a realidade e para assimilar, ao mesmo tempo, a rica tradição cultural herdada e muitas outras expressões culturais emergentes e mutáveis que, diga-se de passagem, continuam em boa medida ausentes da cultura oficial escolar (CARBONELL, 2002, p. 16).

A escola que parou no tempo briga constantemente com as inovações apresentadas pelo mundo pós-moderno e disponível nas ruas, praças ou dentro de casa àqueles que cresceram com a tecnologia e que veem na escola um espaço primário desprovido de benfeitorias tecnológicas. Integrar a vida acadêmica à rotina do aluno é saudável para a construção de um conhecimento que perpassa os bancos escolares e alinha currículo formal a conhecimento prático vivenciado no dia a dia. Camargo e Rios (2012) defendem que:

Construir um ensino médio, nessa perspectiva, implica uma concepção de currículo que o considere como um nível de ensino de formação de sujeitos individuais e coletivos que trazem consigo a síntese da diversidade das suas vivências e experiências, e que o trabalho, ciência e cultura sejam resgatados para ações de compreensão e transformação do mundo contemporâneo (CAMARGO; RIOS, 2012, p. 6).

Ao discorrer sobre tornar a escola um ambiente atrativo e conectado ao mundo real, encontra-se, ainda, resistência por parte de professores conteudistas

que acreditam que a instituição escolar é destinada a aprender fórmulas, regras e conceitos, porém, para tornar o ensino-aprendizado um processo contínuo e em construção é fundamental repensar os currículos. Conforme destaca Camargo e Rios (2012, p. 6) “pensar os desafios curriculares nesse contexto implica refletir sobre uma concepção curricular que considere a escola como um espaço de construção e reconstrução do conhecimento, tendo como horizonte a formação do cidadão participativo”.

Assim, o aluno constrói seu conhecimento de forma linear ao professor, informações são trocadas e discutidas num espaço em que se deve valorizar o saber formal, mas também considerar e valorizar outros aprendizados.

Outro fator determinante para o abandono escolar é a postura e atitudes do professor motivadas pela falta de aperfeiçoamento permanente. De um lado, há os exageros de docentes querendo transmitir o maior número de conceitos teóricos possíveis, a fim de vencer um planejamento que não analisa as condições em que este se desenvolveu, tampouco analisou no percurso a evolução ou não do aluno. Por outro lado, há a metodologia ultrapassada que não mais atinge a juventude atual. Ao analisar a educação francesa, Bourdieu (1998a) afirma que “os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade linguística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros” (BOURDIEU, 1998a, p. 55). Esta análise serve também para nossa realidade educacional.

É papel do professor não só transmitir conhecimentos de sua área, mas planejá-lo respeitando as diferenças existentes entre os grupos de aluno, além do mais o professor deve ser o maior incentivador de seu aluno. A proximidade entre docente e discente cria laços de confiança ou não e por meio de atitudes negativas o professor pode ser determinante para que um aluno desista de seus estudos. Muitas vezes, o adolescente ou jovem já traz consigo inúmeros problemas e o incentivo ou não daquele que se encontra à frente da sala de aula pode ser decisivo para o aluno. Assim, Kuenzer (1999), diz que:

[...] ele deverá ser capaz de transpô-lo para situações educativas, para o que deverá conhecer os modos como se dá a aprendizagem em cada etapa do desenvolvimento humano, as formas de organizar o processo de aprendizagem e os procedimentos metodológicos próprios a cada conteúdo [...] em face da complexidade da ação docente, ele precisará ser um profundo conhecedor da sociedade de

seu tempo, das relações entre educação, economia e sociedade, dos conteúdos específicos, das formas de ensinar e daquele que é a razão do seu trabalho: o aluno (KUENZER, 1999, p. 5).

Neste sentido, observa-se o quão importante é o papel do professor que não se limita a reproduz conteúdos de um ano para o outro. É necessário contextualizá-lo, conhecer o público a que se destina aquela formação para que o aluno não se sinta fora do contexto da escola, sendo assim, Azevedo e Reis (2014) enfatiza que “conhecer a realidade e o contexto de vida do aluno é de suma importância para a organização do currículo da escola” (AZEVEDO; REIS, 2014, p. 142). Ter domínio de conteúdos é imprescindível, porém, é relevante saber utilizá-lo de forma a não retirar o aluno da escola. Uma dificuldade encontrada pelo aluno não pode ser motivo de desistência, mas sim um momento de reflexão para adaptar metodologias diferentes e diversas a cada situação. Libâneo atribui ao professor um papel fundamental, sendo: “O professor tem aí seu lugar com o papel insubstituível de provimento das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, multimídias e formas diversas de intervenção educativa urbana” (LIBÂNEO, 2001, p. 41).

O professor não deve ser reproduzidor de conteúdo, mas atribuir significados a ele para que haja identificação com o mundo do aluno. Desta forma, Ramos e Mendonça (2008) destacam “se a escola não oferece o que a juventude busca, seria razoável esperar certa perda de interesse” (RAMOS; MENDONÇA, 2008, p. 155).

Já dizia Freire (1987) que os jovens estudantes são desafiados a conviver numa escola que trabalha em torno de uma “pedagogia bancária⁶” na qual o jovem apenas recebe uma carga de conhecimentos não participando do processo ensino-aprendizagem. O estudante torna-se, neste processo, um depósito de informações que, muitas das vezes, não condiz com a realidade a qual se encontra inserido. Para Azevedo e Reis (2014), a relação escola e estudante se manifestam:

⁶ Segundo Freire (1987), a “educação bancária” caracteriza-se pela narração dos conteúdos a ouvintes passivos, estudantes que são depositários de conhecimento. É um processo de ensino no qual se narra uma realidade estática, compartimentada e bem-comportada. O educador é soberano, detém o saber, e como sujeito caridoso faz doações, ao depositar nas mentes discentes sua “incontestável” e “infalível” sabedoria. O aluno só reproduz, afinal de contas, nessa concepção pedagógica, ele nada sabe, é uma tábula rasa, e vem para dentro da escola para colocar algo dentro de sua “cabeça vazia”. Tal tipo de educação apregoa uma forma de avaliação para verificar simplesmente a capacidade de memorização dos estudantes, já que para ela conhecimento não se produz, apenas se absorve de alguém que quase sobrenaturalmente o possui.

na reprodução dos conteúdos de forma estanque e estandardizada, na pura transmissão e reprodução de informações, muitas vezes descontextualizadas, destituídas de significado para os estudantes; na avaliação classificatória e certificativa (pautada na lógica quantitativa); no currículo fragmentado, no qual as disciplinas e os espaços-tempo da escola são organizados para dificultar o diálogo entre os campos do conhecimento, as reflexões coletivas e os projetos interdisciplinares (AZEVEDO; REIS, 2014, p. 22).

A repetência escolar também é motivo que faz com que adolescentes e jovens deixem de frequentar a escola. As sucessivas reprovações fazem com que o aluno perca o interesse pelos estudos, além do mais provoca uma distorção idade-série em que sua idade não condiz com a idade de seus colegas, criando no aluno não só o constrangimento, mas a necessidade de receber os conteúdos por meio de metodologias diferenciadas que se adéquam a sua idade biológica. Para Werneck (2001):

[...] foi reprovado na série e não foi reprovado na vida. No ano seguinte, será mais velho, estará decodificando as coisas de modo diferente de seus colegas mais novos e mais imaturos em relação a ele, o reprovado, assim estigmatizado. Com o passar dos anos, os reprovados ficam com sua autoestima mais e mais danificada, prejudicando o aprendizado, mas como não foram reprovados cronologicamente, aprende na rua, nas festas, com outros colegas e, quando não suportam mais o academicismo da escola, fogem dela (WERNECK, 2001, p. 102)

Nesta concepção, torna-se um desafio não só aos professores, mas a toda rede de ensino, vencer o obstáculo da reprovação. Inúmeras tentativas têm sido feitas no Estado de Minas Gerais asseguradas pela LDB, como é o caso das progressões parciais⁷ que se aplicam aos alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, garantindo a transpor de série carregando três progressões parciais⁸ a serem vencidas no ano seguinte paralelo ao ano/série em curso. A repetência não é objeto de estudo desta pesquisa, porém, ela se torna desestimulante ao aluno e conforme Klein (2006, p. 158) afirma “outra variável

⁷ Art. nº 74: A progressão parcial, que deverá ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos, no ano letivo seguinte, naqueles aspectos dos Componentes Curriculares nos quais necessita, ainda, consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas (MINAS GERAIS, 2012b).

⁸ Art. 75 Poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até três Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente (MINAS GERAIS, 2012b).

importante é a expectativa de progresso e a autoestima do aluno.” Aluno desestimulado tem maior probabilidade de deixar de frequentar a escola. Sobre identificar carências de aprendizagem com o objetivo de estabelecer estratégias de intervenção pedagógica, Gouveia, Ribeiro e Santos (2016) concluem que:

O diagnóstico dos alunos que apresentam maiores dificuldades pode ser uma importante ferramenta para que a gestão escolar possa intervir imediatamente para diminuir a defasagem, buscando, assim, promover a equidade escolar com vistas à melhoria não apenas dos indicadores educacionais, mas também (e principalmente) do desenvolvimento do próprio aluno como indivíduo (GOUVEIA; RIBEIRO; SANTOS, 2016, p. 405).

Os fatores internos que colocam o aluno para fora do ambiente escolar é um desafio para a gestão escolar que precisa trabalhar nos setores pedagógicos, administrativos e financeiros para melhor gerir os problemas e buscar soluções práticas que primem por diminuir o abandono escolar. Desta forma, Lück (2009) diz:

O trabalho de gestão escolar exige, pois, o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes. A sua diversidade é um desafio para os gestores. Dada, de um lado, essa multiplicidade de competências, e de outro, a dinâmica constante das situações, que impõe novos desdobramentos e novos desafios ao gestor, não se pode deixar de considerar como fundamental para a formação de gestores um processo de formação continuada, em serviço, além de programas especiais e concentrados sobre temas específicos (LÜCK, 2009, p. 25).

O gestor escolar atual deve dominar e estar à frente das competências a ele exigidas, tanto do financeiro, administrativo e pedagógico. Conhecer o público que forma a comunidade escolar é fundamental para propor ações que respeitem as peculiaridades locais e respeitem a diversidade comum a uma sala de aula. O gestor em parceria constante com a equipe pedagógica, mais diretamente com os professores, pode encontrar nos alunos indícios de que ele deseja abandonar o estudo, pois o aluno que deixa de frequentar a escola não abandona de uma hora para a outra, ele começa a ter faltas constantes até desistir definitivamente. Para Camargo e Rios (2012) uma escola deve atender aos anseios de seu público, sendo assim, afirma que:

[...] as escolas de ensino médio necessitam utilizar da flexibilidade, focando nas necessidades da idade dos seus alunos, estar sob uma gestão democrática, estimulando o desenvolvimento pessoal e coletivo dos jovens, por meio de uma proposta pedagógica que contemple um currículo diversificado, e que os processos do ensino e da aprendizagem, trabalhem o desenvolvimento integral dos sujeitos (CAMARGO; RIOS, 2012, p. 4).

Desta forma, um gestor democrático que valoriza o aluno como parte principal de sua escola deve estar atento à proposta pedagógica que atenda àqueles alunos, naquela faixa etária e naquele meio em que convivem. Uma escola não deve basear no princípio de transmitir informações contidas num currículo, mas ampliar estes conceitos além, buscando a formação plena do cidadão em que conhecimento formal se alinha com atitudes consagradas pela sociedade como moral e ética.

A literatura tem apontado que a repetência gera consequências muito negativas não somente para o indivíduo, mas para o sistema educacional como um todo. Esse fato ocasiona um estímulo à evasão, prejudicando o andamento do estudante no fluxo do sistema educativo, também resultando em desperdício de recursos financeiros e frustrações de perspectivas pessoais. Além disso, cabe evidenciar que parte das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino preocupa-se com o fracasso escolar e com o fato de a defasagem idade-série estar atuando diretamente no resultado dos indicadores de evasão, abandono e reprovação (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 211).

De maneira geral, são muitos os fatores internos da escola que podem desmotivar o jovem a permanecer nela. Porém alguns autores defendem que fatores externos são os que mais contribuem para o abandono escolar.

De acordo com pesquisas de Cunha (1981, p. 63) ao analisar os problemas da educação pública brasileira, “os setores de mais baixa renda da sociedade brasileira têm menos chance de entrar na escola e/ou entram tardiamente em escolas de baixa qualidade”. Assim sendo, estes alunos já com dificuldades financeiras se deparam com prédios escolares precários nada atrativos tampouco preparados para ofertar aulas diversificadas em laboratórios ou espaços alternativos. Seguindo a mesma linha de pensamento Brandão, Baeta e Rocha (1983, p. 68) acrescenta, após suas pesquisas, que “os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento e (...) são mais propensos a evasão”. Arroyo (1993) atribui também às diferenças de classes sociais um fator determinante para o fracasso escolar no Brasil, segundo o autor:

[...] é essa escola de classe trabalhadora que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classes. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1993, p. 21).

Os jovens de baixa renda são os mais propícios a abandonar os estudos, visto que estes muitas vezes têm que contribuir financeiramente para as despesas de casas, abandonando os estudos para se dedicar ao serviço. Ramos e Mendonça (2008) reforçam a ideia de que os problemas financeiros são determinantes para que os jovens deixem os estudos no diurno para se dedicar ao trabalho. E no noturno, Meksenas (1988) reforça a posição de que estes jovens de classe baixa chegam a escola cansados da maratona diária de serviço e abandonam os estudos.

Queiróz (2002), por meio de uma pesquisa, qualificou fatores sociais como determinantes para o fracasso e o abandono escolar. São estes jovens desprovidos de cultura, lazer, cultura familiar de educação que abandonam os estudos por necessidade de contribuir em casa ou por encontrar nas escolas públicas desmotivação para continuar seus estudos. Vários programas tentaram fortalecer o Ensino Médio, como o Programa de Alimentação Escolar, O Programa de Transporte Escolar, o Programa de Livros Didáticos, Bolsa Família e outros, porém nem com estes esforços foi possível erradicar o abandono escolar na última etapa da educação básica.

Diversos fatores sociais podem ser motivadores para retirarem o aluno da escola. No Ensino Médio, destaca-se a necessidade de o jovem entrar no mercado de trabalho, justamente nesta idade, o jovem se vê obrigado a ajudar nas necessidades materiais em casa ou por ambição própria do ser humano em se manter financeiramente, tornando-se independente em relação a sua família. Moura, Lima Filho e Silva (2012) enfatizam:

A extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora nacional a buscar, muito antes dos 18 anos de idade (inclusive crianças), a inserção no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar ou até a autossustentação, com baixíssima escolaridade e sem nenhuma qualificação profissional, engordando as fileiras do trabalho simples, mas contribuindo fortemente para a valorização do capital (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 21).

A família também é apontada como um fator decisivo ao abandono escolar. Muitas famílias não carregam consigo a cultura da educação formal, sendo assim, não motivam e não cobram dos jovens a conclusão da educação básica, mesmo sendo ela responsável por matricular e garantir a frequência mínima exigida na educação básica. De acordo com o ECA (BRASIL, 1990, s/p), capítulo IV, artigo nº 55, parágrafo único “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” e a LDB/1996, artigo 2 determina “a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, s/p).

Brandão, Baeta e Rocha (1983, p. 38) dizem que o “fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que quanto mais elevado o nível de escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é seu rendimento”. Leon e Menezes Filho (2002) também apontam características da família como decisivas para o fracasso escolar.

Outro fator determinante para o jovem abandonar os estudos é a gravidez na adolescência. As meninas grávidas sentem-se discriminadas, envergonhadas e com o nascimento do bebê, muitas vezes, não têm com quem deixá-lo, sendo necessário desistir dos estudos para cuidar do filho. Em relação aos meninos pais, estes com a chegada de uma criança se veem brigados a trabalhar para o sustento da criança o que dificulta sua permanência na escola. Suzuki et al (2007) aponta que:

A maioria das adolescentes abandona os estudos para cuidar da criança, ocorrendo aumento dos riscos de desemprego, mudança de estrato sócio econômico e dependência econômica dos familiares, perpetuando-se assim, a pobreza, educação limitada, abuso e violência familiar tanto à mãe quanto à criança (SUZUKI et al, 2007, p. 96).

A gravidez precoce atinge mais diretamente as jovens, já que estas se tornam as responsáveis pela criação da criança e, muitas vezes, estas não encontram na família o apoio necessário para que concilie estudo e maternidade, vendo-se obrigadas a abandonar os estudos. O que corrobora com as ideias de Brandão

(2001) ao afirmar que a gravidez na adolescência reforça o estado de exclusão social e econômica, visto que as adolescentes não recebem os direitos mínimos para manter uma vida digna perante a situação de gravidez e mãe jovem.

O desinteresse dos alunos de Ensino Médio também é apontado como decisivo para o abandono escolar. O jovem que não se identifica com a proposta educacional, sendo obrigado a conviver e interpretar conceitos que contradizem suas expectativas futuras não vê significado em permanecer na escola. A falta de motivação dos jovens pelo estudo também é apontada por Klein (2006) que afirma “alunos que dizem almejar estudar mais costumam ter melhor desempenho”. “Alunos que se dizem sentir deixados de lado na sala de aula costumam ter pior desempenho” (KLEIN, 2006, p. 158).

O desinteresse do aluno está diretamente ligado ao sistema educacional que se mantém ao longo dos anos imóvel às mudanças significativas que deveriam colocar o jovem estudante como protagonista de transformações que realmente façam sentido. Azevedo e Reis, 2014 acrescentam:

Para tanto, é necessário e fundamental estabelecer o diálogo dos conhecimentos formais com o contexto de realidade da vida do aluno. Essa apropriação favorece a apresentação de temáticas que desembocam no aporte dos conhecimentos formais, que, por sua vez, se propõem a construir os significados necessários para os conhecimentos (AZEVEDO; REIS, 2014, p. 151).

Neste sentido, é necessário que o sistema educacional e os professores busquem aproximar o conteúdo à vida prática do aluno. Não há como permanecer com um currículo conteudista que despreza os saberes culturais que os jovens trazem de suas vidas. A escola não pode ser pensada para poucos, mas sim planejada a atender a comunidade, neste sentido é relevante valorizar os conhecimentos locais e prezar por um currículo que valorize a cultura regional. Camargo e Rios (2012) dizem:

Em relação ao desinteresse dos alunos, mais uma vez, acentuamos a necessidade de se pensar e repensar um currículo que considere a realidade dos alunos/jovens, o que requer o desenvolvimento de uma metodologia de ensino diferenciada conforme aspecto destacado quando os sujeitos pesquisados foram questionados sobre as ações promovidas pelas escolas para evitar a evasão escolar dos alunos matriculados na 1ª série do ensino médio (CAMARGO; RIOS, 2012, p. 6).

Com relação ao desinteresse dos alunos à educação é importante frisar a necessidade de este sentirem-se parte daquilo que é ensinado. O distanciamento entre aluno e currículo dificulta a compreensão do porquê estar inserido num contexto escolar. Levar significado aos conteúdos é uma forma de aproximar conceitos e realidade.

Ao analisar os fatores relacionados ao abandono escolar no ensino médio é importante frisar que a juventude atual convive com diversos problemas sociais que não dependem exclusivamente da escola para solucioná-los, como violência e drogas. Políticas públicas diversas devem atuar juntamente às escolas para atender a jovens vulneráveis que sofrem com as mazelas do mundo atual. Neste sentido Gouveia, Ribeiro e Santos dizem “Reconhece-se que há fatores externos que estão correlacionados aos resultados que não dependem exclusivamente da ação da escola, mas da atuação de diversas esferas da sociedade” (GOUVEIA; RIBEIRO; SANTOS, 2016, p. 406). Enfrentar a rotina da violência e uso de drogas ultrapassa os portões das escolas, vistos estes problemas não pararem no portão, pelo contrário, o que acontece na rua é vivenciado nas salas de aula, interferindo no processo ensino-aprendizagem.

É imprescindível destacar que antes de abandonar os estudos, o aluno apresenta indícios da desmotivação em continuar o percurso escolar, as faltas constantes, sejam elas alternadas ou sucessivas, é um sinal de alerta para que a direção escolar acione a família para conversar e propor ações para evitar que o abandono aconteça. Paralelamente ao comunicado à família, o artigo nº 12 da LDB/1996 determina algumas ações de incumbência da gestão escolar, sendo: “viii) notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei” (BRASIL, 1996, s/p).

No entanto, mesmo havendo um artigo na lei maior da educação determinando intervenção da justiça perante as faltas dos alunos, os números têm demonstrado a impossibilidade de manter os alunos matriculados e frequentes até o término da educação básica.

Diante o referencial selecionado, torna-se fundamental investir em um instrumento de pesquisa que apresente os dados mais próximos da realidade dos

alunos e da escola em estudo. Poder estabelecer um diálogo mais próximo com os alunos, por meio das entrevistas, é uma ferramenta riquíssima para entender aos motivos que os levaram a abandonar a escola e a partir daí traçar estratégias de prevenção ao abandono e a evasão escolar. Sendo assim, a seção seguinte abordará o percurso metodológico da linha de investigação.

2.2 Coleta de dados

Conforme exposto anteriormente, este caso de gestão objetiva reduzir o abandono escolar no Ensino Médio da EERB por meio de um plano de ação para o qual se faz necessário entender por quais motivos os alunos abandonam os estudos. A partir da complexidade dos fenômenos que envolvem o abandono escolar, decidiu-se por uma metodologia de coleta de dados e análise de base qualitativa que, de empréstimo dos argumentos de Gil (2010, p. 37), assim como o estudo de caso, nos caso de gestão busca-se “o estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” Entender a realidade local e as necessidades dos alunos proporcionará elementos para um diagnóstico real e possibilitará o desenvolvimento de projetos e ações de intervenção.

Com vistas a responder à pergunta norteadora “o que leva os alunos a se matricularem na última etapa da educação básica e desistirem antes de concluí-la?”, optou-se por utilizar como instrumento de pesquisa de campo as entrevistas a um grupo de dez alunos que deixaram de frequentar a escola no decorrer do ano de 2016 e que retornaram à escola no ano de 2017 e/ou 2018. O ano de 2016 foi marcado pelo alto índice de abandono no terceiro ano, o que chamou a atenção, visto o abandono ter chegado a quase 50% em relação ao ano anterior.

Lakatos (2003) define pesquisa de campo como:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (...) Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (LAKATOS, 2003, p. 186).

Na perspectiva de Lakatos a pesquisa de campo proporciona ao estudioso maior contato com o problema, podendo vivenciá-lo mais de perto e podendo entender o problema desde sua raiz. A escolha do grupo de alunos que regressaram a escola após o abandono escolar comprovadamente em 2016 se deu pelo fato de entender que estes alunos pretendem concluir seus estudos, porém por algum motivo ou múltiplos motivos desistem e retornam nos anos seguintes. Vale ressaltar que estes alunos são aqueles que de acordo com dados do Simade (2016) deixaram de frequentar a escola sem aviso prévio, solicitação de transferência ou remanejamento de turno.

Na pesquisa qualitativa, não há necessidade de grande número de participantes, uma vez que, nessa modalidade de pesquisa, a opção é pela profundidade em detrimento da amplitude. E, sendo a pesquisa construtiva, é possível ao pesquisador interagir com cada participante, perguntando como é para ele/a aquele determinado fenômeno, como pensa nele, como o sente, bem como pedir esclarecimentos, de modo a ir estabelecendo o diálogo (CÉZAR-FERREIRA, 2004, p. 88).

O contato direto com os alunos entrevistados permitirá uma maior compreensão sobre os motivos que os levam a abandonar os estudos, assim como também permitirá identificar as possíveis estratégias de intervenção para diminuir o problema em questão. Por assumir uma abordagem qualitativa há a possibilidade de maior interação, podendo ir além das perguntas e respostas e analisando atitudes e comportamentos. Godoy destaca a importância deste contato: “Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (GODOY, 1995, p. 62).

As entrevistas semiestruturadas são caracterizadas por Flick (2004), como um espaço aberto para o entrevistado expor seus pensamentos e uma incitação para que o entrevistador explore a entrevista por meio de perguntas complementares. Assim, para a elaboração da entrevista foi criado um roteiro (Apêndice A) com 23 perguntas, que vão desde o perfil dos entrevistados até os motivos pelo abandono.

O roteiro para a entrevista foi dividida em três blocos, sendo: 07 questões acerca de informações pessoais, 05 sobre a relação familiar e 11 questões em relação à escola. Por se tratar de entrevistas semiestruturadas os entrevistados tiveram liberdade de expor seus pontos de vista e a interagir com o entrevistador, sendo possível observar pausas e gestos que anunciam respostas difíceis de serem

ditas. As entrevistas ocorreram no período noturno, visto ser este horário acessível aos entrevistados, o local escolhido foi uma sala da escola em estudo. Todos os alunos foram contatados anteriormente, de forma pessoal, com conversas individuais e diante da aceitação e assinaram no dia da entrevista o termo de consentimento para que a mesma ocorresse. Diante do acordo, iniciaram-se as entrevistas no dia 12 de abril de 2018 e se estenderam até o dia 02 de maio do mesmo ano. O Quadro 2 apresenta os dados dos entrevistados:

Quadro 2 - Dados dos entrevistados

Alunos entrevistados/ Nomes fictícios⁹	Quantos anos tinha quando abandonou	Série em que estava quando abandonou	Em que turno estudava quando abandonou	Quando retornou	Em que turno retornou
Laís	17	1º ano	Diurno	2017 e 2018	Noturno
Ana	17	3º ano	Diurno	2018	Noturno
Régis	16	1º ano	Diurno	2017 e 2018	Noturno
Marcelo	15	1º ano	Diurno	2017 e 2018	Noturno
Alan	18	3º ano	Diurno	2017 e 2018	Noturno
José	16	1º ano	Diurno	2017 e 2018	Noturno
Geraldo	17	3º ano	Diurno	2018	Noturno
Samanta	16	2º ano	Diurno	2018	Diurno
Kátia	17	2º ano	Diurno	2018	Noturno
Gustavo	17	1º ano	Diurno	2017 e 2018	Noturno

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

Diante dos entrevistados, todos estudavam, em 2016, no período matutino e ao regressar os estudos, em 2018, apenas uma aluna permaneceu no turno da manhã, os demais migraram para o turno da noite. Também é importante ressaltar que apenas os alunos Marcelo, Ana e Samanta não se encontravam em defasagem idade-série quando deixaram de frequentar a escola.

A primeira ser entrevistada foi a jovem Laís, que não fez nenhuma objeção em conceder a entrevista. Conversamos no dia 12 de abril de 2018, às 20h, numa sala da escola. Laís vive juntamente com sua mãe, irmã e seu filho pequeno. A jovem relata que sempre viveu na cidade e que, em 2016, quando deixou de

⁹ Nomes fictícios foram utilizados para preservar a privacidade dos entrevistados.

frequentar a escola não trabalhava, apenas auxiliava sua mãe nos afazeres domésticos. Atualmente Laís estuda a noite no 2º ano regular.

A segunda entrevista foi realizada no dia 16 de abril de 2018, às 19h, numa sala da escola, previamente preparada para a entrevista. Ana uma jovem de dezoito anos, vive com seus pais na cidade de Campestre desde seu nascimento. Hoje a jovem tem 19 anos e quando adolescente, dos 12 aos 14 anos, passava temporadas em cidades vizinhas, pois jogava vôlei. A jovem abandonou os estudos em 2016, no 3º ano do Ensino Médio. Atualmente estuda a noite no 3º ano da EJA.

No mesmo dia da entrevista de Ana, às 20h, na mesma sala, foi entrevistado o aluno Régis. O jovem desinibido e com uma oralidade clara e objetiva vive com seus pais e seu irmão e sempre viveu na cidade. Filho de professora, ele declara ser a mãe a maior incentivadora de que ele finalize os estudos. Em 2016 e 2017 o jovem se matriculou no 1º ano regular e agora, em 2018, com maioria está matriculado no 1º ano noturno da EJA.

Marcelo é quarto jovem a ser entrevistado. A entrevista ocorreu no dia 16 de abril, às 21h numa sala da escola onde já haviam ocorrido as entrevistas anteriores. Marcelo é um jovem de dezoito anos, reside com três tios, a avó e um primo. O jovem passou boa parte de sua vida morando na zona rural do município e há cinco anos migrou para a cidade onde trabalha como servente de pedreiro. Marcelo, de forma tímida, expõe a dificuldade de falar sobre seu pai com o qual não mantém contato. Sobre sua mãe, que vive em outra cidade, diz que o incentiva a terminar seus estudos e mantém um contato direto com ele. Marcelo se matriculou nos anos de 2015, 2016 e 2017 no primeiro ano regular, desistindo no decorrer dos anos, porém neste ano de 2018, o jovem optou por se matricular no 1º ano noturno da EJA.

Continuando as entrevistas, em 23 de abril de 2018, às 20h numa sala da escola, foi entrevistado o jovem Alan. Alan tem 20 anos e passou a maior parte de sua vida vivendo e trabalhando na zona rural. Há dois anos se mudou para a cidade juntamente com a família composta pelos seus pais e uma irmã, onde exerce a função de servente de pedreiro.

Ainda no dia 23 de abril de 2018, às 21h, foi entrevistado o aluno José que atualmente está no 1º ano regular do noturno. Há três anos José se matricula no 1º ano regular do Ensino Médio, mas desiste no decorrer dos anos. O jovem vive com seu pai e sua mãe, não tem trabalho fixo, em alguns dias auxilia seu pai de acordo

com a necessidade. O jovem relata que viveu até os três anos na zona rural e depois se mudou com a família para a cidade.

No dia seguinte, às 19h, foi entrevistado o jovem Geraldo de 19 anos e que sempre viveu na cidade juntamente com seus pais e sua irmã mais nova. O jovem, em 2016, abandonou os estudos no 3º ano regular do Ensino Médio, estudava no período da manhã e este ano retornou para o noturno no 3º ano da EJA. O jovem com oralidade clara e objetiva diz que trabalha com seu pai e que sua mãe cobra muito para que ele conclua os estudos.

No dia 25 de abril de 2018, às 12h, numa sala da escola, foi entrevistada a aluna Samanta de 18 anos e que atualmente está no 3º ano regular do Ensino Médio Matutino. Samanta, em 2016 e em 2017, abandonou os estudos no meio do ano e retornou à escola em dezembro para fazer uma prova de reclassificação conforme rege a Resolução da SEE/MG nº 2197/2012 (MINAS GERAIS, 2012b). Dando continuidade aos estudos, a aluna não apresenta prejuízos em relação à idade-série. A aluna reside com sua mãe e seu pai na cidade, não trabalha e tem uma relação conflituosa com sua mãe.

Ainda no dia 25, às 19h, foi entrevistada a aluna Kátia, uma aluna tímida, de poucas palavras, com respostas curtas e diretas. A jovem de dezoito anos reside na cidade com seus pais e mais duas irmãs. Em 2016, estudava pela manhã no 2º ano regular do Ensino Médio e após quatro meses de aulas abandonou os estudos, retornando neste ano de 2018 no 2º ano regular noturno.

Finalizando as entrevistas, no dia 02 de maio de 2018, às 20h, numa sala da escola, foi entrevistado o aluno Gustavo. Gustavo, um jovem de dezoito anos, passou por algumas escolas no Ensino Fundamental, frequentou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)¹⁰ por um período e concluiu o Ensino Fundamental no projeto Programa Aceleração para Vencer (PAV). Gustavo reside na cidade juntamente com seus pais e duas irmãs. Em 2016, quando abandonou os estudos, estudava no 1º ano regular no período da manhã e atualmente se encontra matriculado no 1º ano noturno da EJA.

Sendo assim, apresentados os atores da pesquisa, apresentar-se-á na seção seguinte a análise dos dados com base qualitativa.

¹⁰ O aluno em questão frequentou a Apae até o 6º ano. Seu laudo presente na documentação arquivada da APAE consta transtorno psicológico.

2.3 Apresentação e análise dos dados

As entrevistas realizadas buscaram explorar a diversidade de motivos que levam os alunos a abandonar os estudos. O objetivo desta seção é apresentar os dados coletados a partir das entrevistas, explorando assim os principais fatores relacionados ao abandono escolar pelos alunos do Ensino Médio.

Diante dos estudos apresentados anteriormente, nesta dissertação, é possível elencar alguns dos principais motivos apresentados na literatura responsáveis pelo abandono. O Quadro 3, a seguir, apresenta estes motivos a partir do referencial teórico estudado:

Quadro 3 - Eixos de Análises sobre os Motivos do Abandono Escolar

Fatores intraescolares	Autores que trabalharam o tema	Fatores extraescolares	Autores que trabalharam o tema
Infraestrutura inadequada	Dayrel (2007), Kuenzer (2007), Costa (2013).	Fatores externos diversos (drogas).	Gouveia, Ribeiro e Santos (2016).
Reprovação	Klein (2006), Gouveia, Ribeiro e Santos (2016), Fritsh Vitelli e Rocha (2014).	Sociais (baixa renda, trabalho).	Dorça et al (2002), Cunha (1981), Brandão, Baeta e Rocha (1983), Arroyo (1993), Ramos e Mendonça (2008), Meksenas (1988), Moura, Lima Filho e Silva (2012).
Desinteresse dos alunos	Klein (2006), Camargo e Rios (2012).	Gravidez	Suzuki et al (2007), Brandão (2001).
Gestão (proposta pedagógica inadequada)	Lück (2009), Camargo e Rios (2012).	Familiares	Brandão Baeta e Rocha (1983), Leon e Menezes Filho (2002).
Conteúdo enciclopedista	Charlot (2000), Schwartzman (2010), Camargo e Rios (2012).		
Professor despreparado	Bourdieu (1998a), Kuenzer (1999), Azevedo e Reis (2014), Ramos e Mendonça (2008).		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

Com relação ao abandono escolar no Ensino Médio, os motivos apresentados por meio das entrevistas são diversos, visto ser a idade dos 15 aos 18 anos uma

fase em que o jovem busca pela sua identidade. Suzuki et al (2007) e Brandão (2001) destacam a gravidez como um dos motivos que levam as jovens adolescentes a abandonarem os estudos. A primeira entrevistada, Laís, diz que resolveu abandonar os estudos, porque estava grávida e passava muito mal, não conseguia ir às aulas, porém se arrepende de não ter continuado, pois conforme sua mãe a cobra “já poderia estar no terceiro ano!” (LAÍS, 2018). Ao ser questionada sobre o que mudou em sua vida nestes dois anos, a jovem deixa claro que sua rotina é hoje é muito mais difícil, pois tem que conciliar estudo com trabalho e a responsabilidade de mãe.

Ao falar sobre a escola, Laís relata as atitudes do professor de filosofia que desmotiva os alunos, principalmente no primeiro ano em que falta maturidade dos alunos. “Nossa! no primeiro ano ele falou poucas, que a gente não ia ser ninguém na vida, que nós seríamos catadores de lixo. Agora no segundo ano ele fala algumas coisas que não tem nada a ver, mas assim a gente releva. Assim a sala inteira não liga pro que ele fala não.” (LAÍS, 2018).

Laís diz ainda que os professores em geral são muito compreensivos, principalmente noturno da noite. E ao ser questionada se haveria alguma coisa que pudesse ter sido feito a época pela escola para evitar sua desistência, a aluna diz que não, estava se sentindo muito mal com a gravidez e sem condições de estar presente.

A gravidez na adolescência é apontada por Brandão (2001) e Suzuki et al (2007) como um fator decisivo para o abandono escolar entre as adolescentes. Jovens em idade escolar deixam de frequentar os estudos, sejam por passar no decorrer da gestação, seja por constrangimento perante os colegas ou pelas dificuldades surgidas com o nascimento do bebê. A fala de Laís evidenciou o seu mal estar durante a gravidez o que a retirou da escola.

Por outro lado, a aluna deixou claro o despreparo de um professor em lidar com os jovens. A juventude é carregada de dificuldades, sendo que, a motivação pode ser fator decisivo para a permanência do aluno na escola. O município no qual se localiza a escola em estudo apresenta poucas perspectivas de trabalho, o que desmotiva o jovem a prosseguir nos estudos, desta forma, cabe aos professores e equipe pedagógica despertar no aluno a motivação para prosseguir nos estudos, porém esta atitude não foi adotada pelo professor de filosofia o qual Laís menciona, pelo contrário, a fala do professor é uma atitude de desmotivar os alunos.

Kuenzer (1999), Azevedo e Reis (2014), Bourdieu (1998a), Libâneo (2001) caracterizam o papel do professor como essencial para o desenvolvimento do aluno. Segundo os autores não basta transmitir conhecimento, é necessário aproxima-se das condições cognitivas e afetivas dos alunos para alcançar os objetivos educacionais. Ramos e Mendonça (2008) atribui ao professor a condição de despertar no aluno o desinteresse escolar. Sendo assim, o professor deve se preparar constantemente para trabalhar com as diversidades de uma sala de aula, aprendendo a respeitar cada um em sua individualidade e fazendo uso do discurso como propulsor de novas expectativas.

A partir dos argumentos de Gouveia, Ribeiro e Santos (2016, p. 20), percebe-se que diversos fatores externos influenciam a vida escolar do aluno, de modo que “reconhece-se que há fatores externos que estão correlacionados aos resultados que não dependem exclusivamente da ação da escola, mas da atuação de diversas esferas da sociedade.” Neste contexto, Ana, a segunda aluna entrevistada, demonstrava aflição em sua voz, falava desesperadamente, sem pausas e sem receio de contar sobre suas dificuldades. Ao ser perguntado sobre sua rotina em 2016, a entrevistada disse que “não trabalhava, eu já estava doente, foi o começo. Então eu não fazia nada, só ficava em casa mexendo no celular e fumava.” A jovem em outra passagem declara:

Nesta época eu com minha mãe não dávamos certo. Ela não era ruim pra mim, a culpa era minha mesma, eu que brigava com ela, tudo por conta de fumar maconha, daí ela ficou muito sentida, meu pai, os dois ficaram muito sentidos por conta de eu ter saído. Daí minha mãe viu que eu estava doente, foi no começo do ano passado, não, no final do ano retrasado e no começo do ano passado, dois meses, aí que eu grudei nela mesmo, mas meu pai e minha mãe não queriam que eu parasse não, eles ficaram sentidos, mas eles sabiam que faltava apenas o 3º ano para eu concluir e entenderam o fato de eu desistir. Sabiam que quando eu voltasse, poderia terminar em um ano. Minhas notas estão boas, sempre foram boas, nunca foram ruins (ANA, 2018).

Ana deixa claro que abandonou os estudos por causa do uso de maconha, que isso trouxe problemas para suas relações familiares. Continuando a entrevista, a jovem relata que teve muito apoio da professora de Biologia, mas que o contrário aconteceu com o professor de Física que a ignorava, não respondia aos seus questionamentos, mas que dava toda atenção aos demais alunos. A aluna relata

que a droga mexeu muito com seu cérebro e quando foi observando suas notas ruins, perdeu toda a motivação para continuar seus estudos.

Eu acho assim...quando a gente está doente, a nossa cabeça não raciocina e a maconha mexeu muito com o meu cérebro. Eu fui vendo aquilo de nota ruim, sei que, nem tinha acabado o 1º bimestre ainda, daí eu desanimei, eu já estava também com depressão, começo de esquizofrenia, é uma coisa que deixa a gente triste, muita gente falou que viu eu falando sozinha pela rua, eu não me lembro disto, eu não via eu fazendo isto (ANA, 2018).

A situação pela qual passou a aluna Ana vai além das responsabilidades da escola. O uso de drogas é um problema social, que deve ser combatido não apenas pelas instituições educacionais, mas também pela área da saúde. Além disso, a aluna foi diagnosticada com um transtorno mental, o que a afetou bruscamente suas relações com o mundo. É imprescindível dizer que a educação não se faz sozinha, é necessário e fundamental a intervenção de políticas públicas que atendam às necessidades da juventude.

Por outro lado, Gouveia, Ribeiro e Santos (2016) atribuem à escola também a responsabilidade de não se isentar de suas responsabilidades perante aos educandos, deve-se criar um ambiente propício e agradável para atender aos alunos. Na mesma linha de defesa, Bourdieu (1998a), Kuenzer (2007), Azevedo (2007) e Ramos e Mendonça (2008) dizem que cabe à escola atender a nova realidade social dos educandos, tornando o professor como responsável por conhecer a realidade dos jovens, buscando interferir, adaptar e aplicar métodos em que o jovem se sinta parte da escola, apesar dos problemas externos que trazem consigo.

A escola pública atual atende a uma comunidade diversa que traz para dentro dos muros da escola os problemas sociais evidenciados na comunidade local. Ficar indiferente à realidade da comunidade escolar é um entrave que dificulta a relação saudável entre escola e aluno. É necessário haver um olhar mais aprofundado para as mazelas do mundo moderno para que a proposta pedagógica da escola, a metodologia e comportamento de professores possam contribuir de forma positiva na vida dos jovens que ingressam no Ensino Médio.

As condições socioeconômicas elencadas por diversos autores conforme resumido no Quadro 2 como a necessidade de ingressar no mercado de trabalho

seja para ajudar na renda familiar ou pela necessidade de se manter sozinho, são também motivos que levam os jovens da cidade de Campestre a desistirem de seus estudos na última fase da educação básica. Brandão, Baeta e Rocha (1983) já apontavam que são jovens de famílias mais pobres financeiramente os mais propícios a abandonarem os estudos. No decorrer de duas décadas, vários autores continuaram defendendo a ideia de abandono relacionada a classes sociais. Moura, Lima Filho e Silva (2012) declaram assim como Brandão, Baeta e Rocha (1983) a necessidade de jovens de classes menos favorecidas abandonarem os estudos para ingressarem no mercado de trabalho.

Diante disto, os alunos entrevistados Régis, Marcelo, Alan e Gustavo apresentaram no decorrer das entrevistas a necessidade de trabalhar como fator motivador para o abandono escolar. Régis declarou que como o trabalho comprometia seus estudos: “chegava cansado porque andava a cidade inteira, ainda mais por ser vendedor da *coca-cola*, repunha demais ai eu apagava e acordava depois do horário já. Ai foi umas das coisas que me levou a parar.” (RÉGIS, 2018). E ao ser questionado acerca de sua rotina em 2016, relata:

Eu vinha pra escola cedo, terminava eu ia da escola, almoçava e ia trabalhar. Ai, eu chegava e não tinha hora pra sair, geralmente eu trabalhava no JG e eu era responsável pelo carregamento dos mapas das outras cidades, então la eu ficava a mercê do tempo que eles soltavam os mapas pra gente fazer, tinha dia que saia cedo, tinha dia que saia tarde, eu cheguei um dia que acabou a força, eu cheguei a sair duas horas da manhã do JG. Ai foi por causa do meu trabalho, isso foi em 2016 eu estava no JG. Ai depois passou pra 2017, é isso mesmo. Ai fui pro JAVA, e o que complicou foi por causa que eu não ficava só em um lugar, virei promotor de vendas e comecei a fazer, é repor em todos os pontos de venda que era maior aqui na cidade e eu fazia a pé, e cansava, ficava andando o dia inteirinho trabalhando, ai chegava de noite eu não aguentava, eu vinha um pouco e tem dia que eu apagava, chegava em casa tomava um banho deitava pra esperar a hora de vim e acabava apagando e acordando tarde já. E no final de semana saia, sexta normal, sexta e sábado saia tomava alguma coisa e voltava pra casa (RÉGIS, 2018).

Régis argumentou que o trabalho o esgotava muito, não tendo condições de conciliar as duas atividades - escola e trabalho. Hoje em dia, estudando a noite, Régis diz que conseguiu conciliar e organizar sua rotina, seu trabalho já não mais o desgasta tanto, visto estar utilizando veículo para se locomover. Régis afirmou que a escola onde estuda há três anos tem um clima favorável, a única coisa que sempre

o desagradou são as discussões desnecessárias entre alunos por apresentarem opiniões divergentes ou por brincadeiras tidas como de mau gosto em sala que acabam prejudicando a boa convivência entre todos. E quando questionado se haveria algo que a escola pudesse ter feito para evitar seu abandono, ele é enfático ao dizer que não, foi uma dificuldade pessoal e nada poderia ter sido feito.

Apresentando também o trabalho como motivo de abandonar os estudos, Marcelo diz que abandonou os estudos no 1º ano do Ensino médio por três anos consecutivos sendo, 2015, 2016 e 2017 por conta de não conseguir conciliar serviço e escola. “Na parte da manhã eu estudava, na parte da tarde eu trabalhava.” (MARCELO, 2018). O jovem que respondeu as perguntas com poucas palavras, afirma que não se saía bem nas avaliações. “Eu estava até animado pra formar o terceiro, só que aí tive aula de filosofia, deu uma desanimada boa com as provas trabalhos que o professor passava, e também o horário meu não estava muito batendo pra estudar, fazer trabalho.” (MARCELO, 2018).

Mais uma vez retoma a importância do professor na vida do aluno. Filosofia, a matéria que tem como princípio não só conhecer os filósofos, mas também despertar o senso crítico nos alunos, fazendo-os pensarem e analisarem os temas mais diversos, tornou-se na vida de Marcelo um obstáculo para continuar seus estudos. A postura de cobrança exagerada por meio de trabalhos e provas conteudistas já era enfatizada por Freire (1987) quando atribuiu à escola a “pedagogia bancária” que reproduz conhecimentos ou informações, mas torna o aluno apenas ouvinte. Ramos e Mendonça (2008) destaca a importância de a escola ofertar o que a juventude busca para que o interesse seja maior e mais significativo. E na mesma linha Bourdieu (1998a) enfatiza a necessidade do professor em não se ater apenas no conhecimento conteudista apontado num currículo desvinculado da realidade e necessidade do jovem educando.

O aluno relata que foi estudar a noite, pois há menos cobrança de trabalhos para casa, segundo o entrevistado, para quem trabalha e estuda fica difícil trabalhos para casa: “eu comecei a noite, porque eles falaram que trabalho, dever é tudo em sala de aula, aí eu vim mais por causa disso mesmo. Eu quero entrar pro exército e precisa do terceiro, formado. É questão de trabalho, mesmo, de escola, está tendo bastante pra casa” (MARCELO, 2018).

Continuando a entrevista, Marcelo assume que quando desistiu de estudar os servidores da escola conversaram com ele para não abandonar, mas que já estava decidido.

Alan também declarou que o trabalho foi o motivo que o retirou da escola. “Uai, quando eu larguei, eu fiz o terceiro e bombei, aí eu peguei e comecei a fazer no começo, e logo no começo, comecei a trabalhar. Aí, larguei mão e comecei a trabalhar lá na roça, e fiquei trabalhando lá mesmo e tive que parar de vir para a escola.” (ALAN, 2018). O jovem declara que seus familiares não foram a favor dele abandonar os estudos, porém já estava decidido a se dedicar ao serviço. “Não, eles não queriam deixar, falaram que não era pra eu parar, só que aí eu coloquei na cabeça que não queria mais, que queria trabalhar, ai eu peguei e parei.” (ALAN, 2018). No ano de 2017 Alan queria ter retornado aos estudos, mas prestava serviços em uma cidade vizinha e chegava muito tarde em casa o que o impossibilitou de retornar. Dando sequência, Alan se diz arrependido de não ter dado continuidade aos estudos, pois, neste período, perdeu oportunidades de emprego melhores do que tem hoje.

Gustavo, o quarto jovem a declarar que abandonou os estudos motivados pela necessidade de entrar no mercado de trabalho, estudava em 2016 no período da manhã e trabalhava à tarde, porém o patrão necessitou que ele trabalhasse o dia todo, foi quando Gustavo abandonou os estudos. “Uai, era bem complicado, bem puxadinho, eu cansava muito e ai por isso eu abandonei a escola. Aí meu patrão me mandou trabalhar o dia todo, aí eu desisti da escola.” (GUSTAVO, 2018). O jovem declara que este formato de aulas a noite com duração de 45 minutos e quatro aulas diárias facilita, não tornando tão cansativo para quem trabalha o dia todo.

A cidade de Campestre é uma cidade interiorana, onde as relações empregatícias não seguem a legislação trabalhista, muitos jovens iniciam a vida profissional sem nem ter a idade mínima para cumprir jornadas diárias de 8 horas ou até mais. Ramos e Mendonça (2008) e Moura, Lima Filho e Silva (2012) enfatizam a necessidade do jovem, menor de idade, ter que ingressar no mercado de trabalho para contribuir com as despesas de casas. Segundo Cunha (1981), Brandão, Baeta e Rocha (1983) e Arroyo (1993) são os jovens de baixa renda os mais propícios a abandonarem os estudos, visto que, além das perspectivas em relação ao seu futuro não serem as mais favoráveis ainda há a necessidade de ingressar no mercado de trabalho precocemente. Desta forma, Meksenas (1988) afirma que a maratona diária

de serviço obriga que os jovens, por necessidade, optem por abandonarem os estudos já que não têm condições de manterem dupla jornada.

José apresentou no decorrer da entrevista o seu desinteresse pelos estudos como o motivo que o levou a deixar de frequentar as aulas. De acordo com o jovem, ele era muito relaxado não prestava atenção nas explicações, tampouco fazia as provas, assinava, entregava ao professor e pedia para sair da sala. “Ah não compreendia porque eu fazia muita bagunça, não prestava atenção na aula, vinham as provas, eu falava dona pode assinar essa prova aqui e sair pra fora? E, ela falava assina ai e vai pra fora. E, eu assinava a prova e ia pra fora. Não sabia fazer” (JOSÉ, 2018). O jovem disse ainda que gostava das aulas de educação física, que matava as demais aulas para fazer a matéria na quadra com outras turmas, diz ainda que um dia vai ministrar aulas de educação física. Quando questionado se a escola poderia ter feito algo para que ele não desistisse a época, se lembra da professora de matemática: “Ah um professor tentou me ajudar, a dona Bruna, me deu um monte de lição de moral, Tentei pegar, mas não, dois mil e dezesseis estava difícil, estava foda” (JOSÉ, 2018). Ainda diz “Adorava matemática, só aula dela que eu era bem” (JOSÉ, 2018).

José em vários momentos da entrevista diz que era muito bagunceiro, que não prestava atenção e que não ia bem nas avaliações devido à falta de interesse. O jovem declara que quando desistiu nada o faria mudar de opção, pois já estava decidido. Segundo o jovem, ele não apresentava bom rendimento e por ele não passaria de ano mesmo. A falta de perspectiva em passar de ano foi um dos motivos que o levou a abandonar os estudos.

No caso de José é apresentado uma situação em que a equipe pedagógica e professores não souberam reverter. O jovem apresentou indícios da insatisfação perante a metodologia considerada por ele cansativa em sala de aula e em busca de um aprendizado prazeroso e só fugia para as aulas de educação física na quadra da escola. A omissão de professores também é evidenciada na fala em que o jovem pede permissão para assinar a prova e sair da sala e esta é concedida.

Geraldo em sua entrevista deixa evidente que o fator que o desmotivou a abandonar os estudos foi uma desavença com o professor de matemática. O aluno que não apresentava dificuldades no conteúdo passou a ter problemas com o professor, segundo o entrevistado sempre foi um aluno bom, mas a partir do

momento em que o professor começou a ter problemas com ele, deixou de prestar atenção na matéria.

Não tenho problema nenhum com nota, nota é uma consequência. Então eu passava mais tempo discutindo com ele do que estudando. Aí na hora que eu desanimei mesmo da matemática, que ele pegava no meu pé, aí já parei de dar atenção uma agregou ao outro e cheguei à conclusão de parar (GERALDO, 2018).

Geraldo acredita que o aluno deveria ter opção para escolher o professor, por exemplo, com quatro turmas de 3º ano, quatro professores diferentes de matemática e cada aluno escolheria aquele que possui maior afinidade. Porém, esta sugestão apontada pelo aluno vai de encontro às resoluções anuais publicadas pela SEE/MG que definem critérios para os professores escolherem turmas e o que é observado é que geralmente optam por escolher turmas da mesma série. E diante disto não há como a escola intervir, visto que o professor é amparado por uma lei estadual.

É, tem afinidade com o professor, quando você tem afinidade com o professor você acaba querendo, porque vamos supor querer entender o que ele vai explicar, querer ver o que ele vai passar pra você. Agora, a partir do momento que você não consegue relacionar a pessoa à matéria, acaba ficando complicado pro outro. Então acho que a pessoa assim passaria nota de alguns alunos. Minha opinião (GERALDO, 2018).

O jovem hoje estuda no período da noite e segundo ele o turno escolhido se deve ao fato de aquele professor de matemática não estar trabalhando.

A época, de acordo com o jovem, a direção escolar e supervisão ficaram sabendo de sua dificuldade com o professor. Segundo o aluno, havia uma turma em que o professor não ministrava aula, mas estava lotada e não houve a possibilidade de mudá-lo de turma. Para Lück (2009), o gestor necessita ser um agente dinâmico que observa as necessidades de seus alunos e interfere para sanar as dificuldades. Observa-se, neste caso, uma omissão por parte da direção, pois poderia ter migrado o aluno de turma, trocando-o com outro colega já que a outra sala se encontrava cheia.

Os desafios de universalizar o ensino médio com qualidade social pressupõem, portanto, atenção especial sobre o professor e seu trabalho. O retrato da escola média apresentado está articulado com

o trabalho docente. Interessa, portanto, conhecer quem são os professores do ensino médio no Brasil e em que condições realizam seu trabalho (COSTA, 2013, p. 194).

A relação entre aluno e professor é fator primordial para alcançar o sucesso do educando, é possível notar no decorrer da entrevista o quão insatisfeito se encontra o aluno em relação ao tratamento do professor. De acordo com o entrevistado, o professor apresentava uma didática boa, porém criou uma situação entre ambos que o desestimulou a prosseguir. Bourdieu (1998a), Kuenzer (1999), Ramos e Mendonça (2008) e Azevedo e Reis (2014) também apontam o professor como um fator responsável pelo sucesso (e também o contrário) no processo ensino-aprendizagem. O despreparo do professor que não atualiza métodos tampouco leva em consideração no processo ensino-aprendizagem as diferenças sociais e culturais da diversidade que forma a escola pública brasileira.

Um fator destacado por Brandão, Baeta e Rocha (1983), Leon e Menezes Filho (2002) e por Rumberger e Lim (2008), os últimos citados por Soares et al (2017) são características de suas famílias. Segundo os autores, famílias influenciam na decisão dos jovens em continuar ou não seus estudos. É sabido que a juventude é um momento de transição, em que os jovens passam por dificuldades. No caso da aluna Samanta, que abandonou os estudos em 2016 e 2017 no meio do ano, mas retornou ao fim do ano para fazer provas de reclassificação e dar continuidade à série matriculada, a família é descrita pela jovem como maior responsável pela sua desistência, mais precisamente a sua mãe. “Minha mãe ficou brava, mas na época a gente não estava conversando, ela saiu de casa por um tempo. E então meus familiares (tios) que apoiaram eu voltar” (SAMANTA, 2018). Samanta não tem uma relação saudável com a mãe, apresenta problemas de convivência que interferem em sua permanência na escola. As brigas eram constantes e teve um período em que a mãe saiu de casa sem dar satisfação. Em um momento da entrevista, a aluna diz com lágrimas nos olhos “a senhora sabe” (SAMANTA, 2018), neste caso ela se refere ao problema enfrentado em casa que é de conhecimento da escola. A mãe acha que a filha é louca, que se envolve com coisas e pessoas ruins, mas como é de conhecimento dos professores, supervisor e direção que convive com a aluna desde o Ensino Fundamental II, a aluna é uma menina tranquila e dócil que apresenta bom comportamento e obtém bons resultados.

Samanta vive uma relação conflituosa com sua mãe, que, de acordo com a aluna, é muito brava, não a deixa sair de casa para passear, encontrar com os amigos, sendo a escola o único lugar de socialização da moça. “É que eu nunca tive muitos amigos fora da escola” (SAMANTA, 2018). A jovem apresenta um bom rendimento, porque se dedica para ter boas notas. Segunda ela, ninguém cobra que seja uma aluna boa, apenas que vá a escola. A aluna, emocionada no decorrer da entrevista, afirma que apesar das dificuldades sempre foi bem na escola, suas notas sempre foram boas e que com a ajuda da escola, os professores poderiam se disponibilizar a conversar com a mãe.

A relação entre mãe e filha foi fator decisivo para Samanta abandonar os estudos, porém o retorno da aluna foi possível no mesmo ano antes do término letivo, já que a escola aplicou o processo de reclassificação previsto na Resolução nº 2197/2012 (MINAS GERAIS, 2012b).

A entrevista com a aluna Kátia foi a mais difícil de realizar, pois a jovem que falava pouco, tinha dificuldades de se expressar. Aparentemente tímida, revela que já sofreu *bullying* na escola por conta de ser alta e magra, considera este um fator desfavorável no ambiente escolar. Quando questionada acerca do motivo que abandonou os estudos a jovem diz que era um desinteresse, estava cansada da mesma rotina. “Não sei, acho que tipo a mesma rotina a vida inteira desde criança estudando, estudando, estudando. Queria arrumar um serviço, sair mais de casa. Acho que enjoiei, sabe, todo dia a mesma coisa, acabei cansando um pouco” (KÁTIA, 2018).

A jovem Kátia diz que quando abandonou os estudos não estava se saindo bem, suas notas não estavam boas, visto que faltava muito as aulas. “Eu acho que eu não estava levando muito a sério também, aí acabei indo mal em todas as matérias, que eu faltava muito também sabe. Aí por isso eu decidi parar” (KÁTIA, 2018).

Por meio da entrevista de Kátia é possível relacionar alguns fatores que a desmotivaram: a convivência ruim entre os colegas que não respeitavam a sua diversidade, a escola não atrativa por meio dos currículos reprodutores conforme destaca Camargo e Rios (2012) ou a falta de proximidade entre o que é ensinado e o que faz parte da vida do aluno conforme destaca Azevedo e Reis (2014) ou a vontade por buscar um emprego e se tornar independente de acordo com a defesa de vários estudiosos como Dorça et al (2002) que atribui o fator social mais relevante na decisão do jovem abandonar os estudos. Camargo e Rios (2012) ainda

atribui a escola e currículo o papel de construir entre os jovens indivíduos que respeitem a diversidade por meio da vivência no coletivo.

A partir das entrevistas foi possível elaborar um quadro síntese dos principais motivos que os levaram a abandonar os estudos e a visualizar aqueles que retornaram à escola. Vale ressaltar que todos os entrevistados, quando deixaram de frequentar a escola, estavam matriculados no turno matutino.

Quadro 4 - Motivos causadores do abandono escolar na EERB entre os entrevistados

Entrevistado	Motivo declarado para o abandono	Turno que regressou para estudar em 2018
Laís	Gravidez	Noturno
Ana	problemas pessoais e doença psicológica	Noturno
Régis	Trabalho	Noturno
Marcelo	Trabalho	Noturno
Alan	Trabalho	Noturno
José	Desinteresse pela escola	Noturno
Geraldo	Relação com o professor	Noturno
Samanta	Relações familiares	Matutino
Kátia	Desinteresse e trabalho	Noturno
Gustavo	Trabalho	Noturno

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

De acordo com as entrevistas, 9 dos 10 alunos entrevistados que regressaram em 2018 se matricularam no noturno. O principal motivo apontado como responsável pelo abandono escolar é a inserção no mercado de trabalho, 40%, seguindo pelo desinteresse pelos estudos, 20%, e com 10% cada sendo apontados: a gravidez na adolescência, o uso de drogas, a relação familiar e a relação conflituosa entre professor e aluno.

2.3.1 Estratégias para superação do abandono escolar

Foi constatado, no Ensino Médio da EERB, um alto índice de abandono escolar, conforme dados do Simade. Estes dados referem-se a alunos que abandonaram os estudos e retornaram no ano seguinte.

Ao analisar isoladamente cada entrevistado foi possível perceber que mesmo as famílias sendo contra o abandono escolar, esta decisão foi tomada pelos alunos, os pais nesta idade já não mais influenciam ou têm poder de decisão perante os

jovens. Outro fator comum é que um professor foi citado por três alunos pelas suas falas desmotivadoras e ao contrário, uma professora foi lembrada mais de uma vez por apresentar atitudes motivacionais, que foram além dos discursos, mas das oportunidades direcionadas àqueles que estavam com algum problema. A motivação desta professora de Biologia fez com que Ana superasse suas dificuldades na matéria chegando a obter excelentes notas mesmo no período em que se encontrava com problemas. E os planos desta aluna são: formar-se no terceiro ano e fazer a licenciatura em Biologia.

Para estabelecer estratégias a fim de reduzir o abandono escolar é necessário levar em conta as necessidades dos alunos. As entrevistas realizadas serão um norte para elaborar o PAE que deverá ser contemplado por ações que visem a trabalhar com os problemas intraescolares já que aqueles relacionados a problemas extraescolares não dependem exclusivamente da escola. O Quadro 5, a seguir, faz uma síntese dos fatores intraescolares determinantes para o abandono dos alunos à EERB:

Quadro 5 - Fatores determinantes para o abandono escolar na EERB

Fatores internos ou externos	Fatores determinantes para o abandono escolar
Questões relacionadas ao funcionamento da escola.	Desinteresse pela escola; Relação com o professor
Questões relacionadas na relação entre juventude e trabalho.	Mercado de trabalho
Fatores pessoais diversos.	Gravidez; Problemas pessoais e de doença psicológica; Relação com a família

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

Nas questões relacionadas ao próprio funcionamento da escola, é importante ressaltar que vários fatores influenciam a decisão do jovem abandonar os estudos. O desinteresse escolar não acontece isoladamente, ele é motivado por práticas conservadoras que não avaliam e consideram a importância da opinião do jovem perante o funcionamento da instituição de ensino.

A participação do jovem nas decisões deve ser incentivada desde a criação da Proposta Pedagógica da escola, a qual deve levar em consideração as necessidades que o jovem atual apresenta. O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que buscam relacionar conhecimento teórico a mundo

prático devem ser constantes na escola, seja nas aulas ou em projetos interdisciplinares que busquem trabalhar além do conteúdo básico.

A escola atual precisa rever atitudes e estar aberta à participação dos jovens nas dinâmicas diárias que fazem parte do processo ensino-aprendizagem. Conforme afirma Carbonel (2002, p. 19) a escola precisa “Modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas” para que desta forma não seja um ambiente isolado do mundo.

Charlot (2000) e Schwartzman (2010) apresentam o conteúdo enciclopedista do Ensino Médio em que o jovem não vê sentido nem significado para sua vida prática. Já Camargo e Rios (2012, p. 6) apresenta a necessidade de trabalhar as individualidades em meio a um grupo diverso que forma a sala de aula, neste sentido torna-se imprescindível um conjunto de “ações de compreensão e transformação do mundo contemporâneo” para que se possa atingir a juventude atual.

A relação entre professor e aluno também é fator determinante para o sucesso ou não do aluno. Professores despreparados para lidar com determinantes da juventude podem produzir jovens desmotivados ou sem razão para concluir seus estudos. Kuenzer (1999, p. 172) destaca que o professor “deverá ser capaz de transpô-lo para situações educativas, para o que deverá conhecer os modos como se dá a aprendizagem em cada etapa do desenvolvimento humano.” Neste caso conhecer as diversidades e características dos alunos que formam o ensino médio. Azevedo e Reis (2014) diz sobre a importância de o docente conhecer a realidade de seus alunos para que desta forma possa adequar seu planejamento de forma a atender as necessidades deles. Na mesma linha, Libâneo (2001) apresenta a relação afetiva e cognitiva entre professor e aluno fundamental, pois desta forma o jovem pode encontrar significado na mensagem transmitida pelo seu mestre.

Não há como negar a responsabilidade de toda a escola perante a decisão do jovem continuará seus estudos ou não. Conforme destaca Ferreira (2011, p. 508) “Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.” produz números altos de abandono e evasão escolar. Cabe, portanto, a instituição rever atitudes e procedimentos que estão retirando os jovens da escola.

Nas questões relacionadas em relação à juventude e trabalho a escola não tem como interferir diretamente, mas pode criar condições que facilitem para que o

aluno concilie a rotina escolar com a do mercado de trabalho. Conforme já dito anteriormente a cidade de Campestre oferece condições de trabalho informal aos jovens que diante da necessidade e falta de oportunidades diversas se submetem a jornadas de trabalho extensas, assim como a informalidade perante a legislação trabalhista.

Conforme diversos estudos apontados anteriormente, os problemas sociais são diretamente ligados ao abandono escolar. Meksenas (1988) destaca que o jovem trabalhador quando chega a escola já chega cansado de sua maratona diária de serviço e não tendo condições de manter estudo e trabalho opta por abandonar os estudos. Moura, Lima e Silva (2012, p. 2) relata que “a extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora nacional a buscar, muito antes dos 18 anos de idade (inclusive crianças), a inserção no mundo do trabalho.” Esta é a realidade observada por meio das entrevistas em que jovens de 15 anos de idade abandonam a escola para trabalhar.

Problemas extraescolares também influenciam na permanência ou não do jovem na escola. A falta de políticas públicas voltadas para a juventude coloca muitos jovens em situação de vulnerabilidade que os retiram da escola.

A gravidez na adolescência é apontada como um dos motivos que retiram as jovens do ensino médio da EERB. Suzuki et al (2007) diz que estas jovens abandonam os estudos para cuidar dos filhos, mas por meio das entrevistas foi possível perceber que o abandono também ocorre por condições físicas e psicológicas das meninas. Na entrevista em análise a aluna declara que não tinha condições físicas de ir a aula e que também não tinha uma relação favorável com o namorado o que dificultava sua permanência na escola.

Ainda em relação às questões pessoais foi possível identificar a relação familiar entre mãe e filha como determinante pelo abandono escolar. Brandão, Baeta e Rocha (1983) dizem que o fator que mais interfere na decisão do jovem em estudar é a família. No caso da entrevista percebeu que a relação conflituosa entre mãe e filha interferiu na condição da aluna dentro da escola. A escola não pode interferir na vida particular dos alunos, mas há instituições que são responsáveis por garantir os direitos do menor de idade, como é o caso do Conselho Tutelar do Menor.

A juventude é considerada uma fase turbulenta e em meio às angústias e incertezas vivenciadas pelos jovens, foi evidenciado por meio das entrevistas

problemas com envolvimento com drogas e que desencadearam uma doença psicológica um dos fatores que retiram os jovens da escola de nível médio. A droga é um problema da sociedade moderna que para ser enfrentada necessita de políticas voltadas para a juventude que incluam educação, esporte, lazer e cultura. A ausência de políticas para a juventude faz com que o jovem se sinta excluído do mundo que o rodeia, buscando refúgios para que se sinta aceito e inserido numa sociedade que não preza por seus direitos. Conforme destaca Para Carrano, Dayrel e Brenner (2005, p. 10) “as políticas de juventude devem ser capazes de atuar sobre essas condições desiguais, favorecendo a criação de situações materiais que aumentem as possibilidades de fruição do tempo livre, ao mesmo tempo que ampliem esferas públicas democráticas de cultura e lazer.”

Diante dos inúmeros problemas apresentados que fazem com que os jovens abandonam o Ensino Médio na EERB é necessário criar um PAE que atenda comunidade local, levando em consideração suas características. O Quadro 6, a seguir, apresenta as propostas do PAE, sendo as mesmas apresentadas de forma minuciosa no decorrer das seções que seguem:

Quadro 6 - Categorias relacionadas a fatores de abandono e ações propostas

Categorias de fatores relacionados ao abandono escolar	Ações propostas no PAE
Questões relacionadas ao funcionamento da escola	Incentivar a participação dos estudantes na elaboração da Proposta Pedagógica; Implementar o projeto motivacional “Educação e transformação” para os alunos de ensino médio
	Promover capacitações para os professores por meio de cursos e palestras.
Questões relacionadas na relação entre juventude e trabalho	Ofertar Metodologias de avaliação diferenciadas aos alunos trabalhadores Criar uma parceria com Associação Comercial e Agropecuária de Campestre a fim de que os jovens não abandonem a escola para ingressar no mercado de trabalho
Fatores pessoais diversos	Desenvolver o projeto “Protagonistas Jovens”.
	Incentivar a participação da família nas atividades escolares; por meio do Projeto Família na Escola Ampliar a parceria com Conselho Tutelar e Assistência Social para dar apoio às famílias de alunos propícios ao abandono escolar

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

O PAE a ser apresentado no terceiro capítulo apresentará estratégias a serem desenvolvidas na EERB a partir do ano de 2019. O objetivo do PAE é minimizar as taxas de abandono escolar no Ensino Médio na escola em estudo.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR

O problema que caracteriza o caso de gestão apresentado diz respeito às taxas de abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa, localizada em Campestre/MG. O primeiro capítulo apresentou o caso de gestão em suas linhas gerais - o Ensino Médio no Brasil a partir da promulgação da LDB/1996 (BRASIL, 1996), contextualizando e apresentando as especificidades do Estado mineiro, assim como as características da Escola Estadual Rui Barbosa, relacionado-as ao problema do abandono escolar no Ensino Médio.

No segundo capítulo, foram apresentados os principais motivos discutidos pelos referenciais bibliográficos que levam os alunos a abandonarem os estudos, referenciais estes que embasaram também a análise dos dados provenientes da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa de campo demonstrou a necessidade de o jovem ingressar no mercado de trabalho como principal motivo influenciador do abandono escolar dentre os entrevistados.

No decorrer das entrevistas um fato não esperado chamou atenção: a relação do professor com os alunos. A partir do caso específico de um professor citado percebe-se que o modo como os professores interagem e respondem às situações criadas pelos jovens, principalmente aqueles que apresentam alguma dificuldade, pode ser decisivo. Alguns professores foram citados e repetidos em algumas entrevistas por apresentarem uma postura de não aceitação ou não reconhecimento da realidade dos alunos que necessitam conciliar escola e trabalho. Assim, ao retornarem para a escola, neste ano de 2018, os estudantes optaram pelo noturno, por ser de conhecimento da comunidade que as metodologias em relação a trabalhos e provas são diferenciadas neste turno. O despreparo de professores também é visto na forma de trabalhar com peculiaridades comuns à juventude e problemas desta faixa etária como gravidez na adolescência e uso de drogas. O relato de uma entrevistada em que o professor não tirava suas dúvidas acerca da matéria chama a atenção para o papel motivador e influenciador do docente. Na mesma entrevista, a aluna se lembra emocionada da professora de Biologia que lhe ofertou oportunidades e hoje seu projeto futuro é se formar para em Biologia.

Dentre os fatores percebidos na análise das entrevistas ficou evidente o quão necessário é ouvir os alunos, entender suas dificuldades e anseios para que a gestão escolar possa juntamente articular a gestão pedagógica para desenvolver ações e planejar o ambiente da escola para atender aos alunos. O primeiro passo desta gestão democrática é a partir da reelaboração da Proposta Pedagógica.

Diante das considerações apresentadas, percebe-se que o abandono escolar deve ser combatido por meio de ações concretas e imediatas dentro do ambiente escolar, pois não há como impedir o jovem de trabalhar, mas há como a escola se adaptar e oferecer oportunidades diferenciadas àqueles que necessitam ingressar no mercado de trabalho.

Sendo assim, o presente capítulo visa apresentar o Plano de Ação Educacional a ser desenvolvido no decorrer do ano de 2019 e estendido aos demais anos letivos, aprimorando as ações caso se julgue necessário. Este plano foi desenvolvido pensando nos seguintes motivos responsáveis pelo abandono escolar:

- a) Desinteresse pela escola;
- b) Relação com o professor;
- c) Mercado de trabalho;
- d) Gravidez não planejada;
- e) Problemas pessoais e de doenças psicológicas;
- f) Relação com a família.

Com a finalidade de reduzir o abandono escolar na EERB pelos motivos mencionados, o PAE se apresentará em três categorias, sendo:

- a) Questões relacionadas ao funcionamento da escola;
- b) Questões relacionadas na relação entre juventude e trabalho; e
- c) Fatores pessoais diversos.

Com o desenvolvimento do PAE em 2019, pretende-se diminuir os casos de abandono escolar. Ao fim do ano letivo, a ideia é avaliar as ações e os resultados obtidos a fim de estender tais ações para os períodos seguintes, podendo até mesmo serem adaptadas por outras instituições que apresentem os mesmos problemas.

O PAE apresentado requer poucos investimentos que poderão ser custeados por recursos de Manutenção e Custeio¹¹ ou do Proemi¹². Há também as parcerias que já são realizadas com faculdades particulares e públicas da região. Para apresentar o PAE será seguida a metodologia 5W2H¹³, que possibilita um planejamento simples e de fácil assimilação pelos envolvidos.

3.1 Questões relacionadas ao funcionamento da escola

A falta de interesse nos estudos presente nos alunos de Ensino Médio é apresentada nas entrevistas como um dos motivos de abandono escolar. O desinteresse se deve ao fato da pouca expectativa de melhorias na vida Campestrense. A cidade que sobrevive da cultura cafeeira e das pequenas fábricas de costura que contratam a mão de obra em grande parte na informalidade e fornece apenas o salário mínimo. Conforme relatos observados nas entrevistas, apontam também a falta de preparo dos professores para trabalhar com o público jovem.

3.1.1 Incentivar a participação dos estudantes e comunidade escolar na elaboração da Proposta Pedagógica

Conforme já dito anteriormente, é necessário que os alunos e toda a comunidade escolar participem do planejamento das ações e projetos que conduzirão a escola no decorrer do ano. A escola é feita para atender às necessidades dos alunos e não há como promover um ambiente acolhedor e produtivo se este for planejado por apenas um segmento da comunidade escolar, sendo assim, torna-se relevante que os alunos, pais, servidores da educação,

¹¹ Recurso da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para manutenção, pequenos serviços e aquisição de bens de custeio.

¹² Recurso suplementar do governo federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, destinado à aquisição de bens de capital, bens de consumo e pequenos serviços de reparo.

¹³ Esse modelo é conhecido como “5W2H” porque resume em sete definições fundamentais o que será buscado em um determinado plano de ação, partindo de expressões que, no original em inglês, começam com as letras W e H, conforme a seguir explicado: *What* (o que será feito?), *Why* (por que, qual a importância?), *Who* (quem será responsável?), *Where* (onde a ação ocorrerá?), *When* (Quando ela ocorrerá?), *How* (como será desenvolvida?), *How Much* (quanto custará?). (FERREIRA, s/d., s/p.).

agentes comunitários e comerciantes participem da elaboração da Proposta Pedagógica.

Nos meses de fevereiro e março de 2019, durante as reuniões pedagógicas ou administrativas toda a comunidade escolar será convidada e motivada a participar para a elaboração da Proposta Pedagógica anual que deverá apresentar os projetos previstos para o ano, os direitos e deveres de cada segmento, as prioridades de matrículas no turno da noite, manhã e tarde, os critérios de avaliação e as legislações que regem a educação pública brasileira.

Para incentivar a participação dos segmentos da comunidade escolar, serão utilizadas estratégias na primeira quinzena do ano letivo sendo que com os alunos serão realizadas rodas de conversas no horário de aulas, estas serão coordenadas por professores e especialistas que debaterão a necessidade do protagonismo juvenil perante as ações da escola. Para motivar os pais, comerciantes e agentes comunitários, será utilizada a rádio comunitária local com chamadas diárias gravadas por vozes de alunos e professores, além de um panfleto entregue na praça central para toda a comunidade e direcionadas aos pais de alunos entregue nas mãos dos Jovens. Para os servidores da escola, professores, auxiliares de serviço geral e secretários haverá uma reunião na primeira semana letiva anual para expor a necessidade da participação de todos.

Quadro 7 - Planejamento das reuniões

Data	Horas	Pauta	Recurso
14/02/2019	19h	Apresentar o que é uma proposta pedagógica	Slides Power Point
21/02/2019	9h	Rodas de conversa, mesclando segmentos da comunidade escolar para discutir a importância da proposta pedagógica	Papel e caneta
28/02/2019	19h	Apresentação da Proposta pedagógica atual	<i>Slides Power Point</i>
14/03/2019	19h	Apresentação e discussão de sugestões apresentadas por toda a comunidade escolar	<i>Slides Power Point, caneta, Papel.</i>
21/03/2019	19h	Apresentação e discussão de sugestões apresentadas por toda a comunidade escolar	<i>Slides Power Point, caneta, Papel.</i>
28/03/2019	19h	Apresentação e discussão de sugestões apresentadas por toda a comunidade escolar	<i>Slides Power Point, caneta, Papel.</i>
11/04/2019	19h	Apresentação da nova Proposta Pedagógica para toda a comunidade escolar	<i>Slides Power Point</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

Estas reuniões serão organizadas no turno da noite, sendo dispensados das aulas noturnas aqueles que participarão das reuniões. Serão convidados os alunos de todas as turmas, ficando os representantes de cada turma¹⁴ obrigados a participarem, representantes de pais, representantes do conselho tutelar e assistência social além dos professores, comerciantes, equipe pedagógica, auxiliares de serviço geral, secretários, colegiado escolar e corpo diretivo da escola.

O objetivo é que a Proposta Pedagógica deixe de ser um documento organizado apenas por professores e que seja um documento real que atenda as necessidades da escola como um todo. O documento será avaliado ao final de cada semestre a fim de rever as ações.

Quadro 8 - Reestruturação da proposta Pedagógica 2019

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis ?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Serão realizadas 07 Reuniões para reelaborar a proposta Pedagógica e apresentá-la à comunidade escolar	Permitir que pelo menos os 44 alunos representantes de turmas, e o maior número possível pais participem ativamente na reelaboração da Proposta Pedagógica da Escola estadual Rui Barbosa a fim de incorporar a Proposta as necessidades e anseios de toda a comunidade escolar.	Sala de reuniões da Escola estadual Rui Barbosa	Colegiado Escolar formado por pais, alunos, professores, demais servidores da escolar e diretora.	Nos meses de fevereiro, março e abril de 2019	A comissão organizadora da reunião apresentará durante as reuniões nos dos primeiros meses letivos a atual proposta pedagógica e a partir desta serão apresentadas as alterações necessárias sugeridas pela comunidade escolar e em concordância por todos os	R\$ 300 para impressão de material

¹⁴ Cada sala de aula tem dois representantes de turma que são eleitos pela turma no início do ano. Estes dois alunos representam e apresentam propostas, reivindicações, sugestões ou críticas à direção escolar de cada turma, levando o interesse da maioria em consideração.

					segmentos da comunidade escolar	
--	--	--	--	--	---------------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.1.2 Implementar um projeto motivacional para os alunos de ensino médio

Apresentar aos jovens que se matriculam no Ensino Médio da EERB possibilidades de melhorias por meio da educação é uma das ações a serem ampliadas na EERB, visto já haver um projeto voltado aos alunos de 3º ano intitulado “Projeto Profissões” que tem como objetivo apresentar as profissões acadêmicas aos alunos concluintes do Ensino Médio. De acordo com as pesquisas comprovadas neste caso de gestão, o abandono escolar percorre os três anos do Ensino Médio, tornando-se necessário investir em ações motivadoras aos alunos.

O projeto tem como objetivo apresentar aos alunos de Ensino Médio que é possível superar as dificuldades para concluir o Ensino Médio e que por meio dos estudos é presumível intervir de forma positiva na realidade. O projeto será coordenado pelo vice-diretor Márcio Aurélio que fará contato com os ex-alunos, convidando e agendando os dias de palestras que serão divididas em duas etapas, sendo a primeira direcionada a alunos de 1º e 2º anos do Ensino Médio e, a segunda etapa direcionada alunos do 3º ano e EJA. Espera-se que as palestras motivem os alunos, apresentando-lhes resultados positivos adquiridos por meio da educação. Para a primeira etapa de palestra, que visa a trabalhar com alunos de 1º e 2º anos do Ensino Médio, planeja-se cinco palestras que ocorrerão em dias diferentes nos meses de abril e maio, já para a segunda etapa que visa a trabalhar com os alunos de 3º ano e EJA seguirá a mesma dinâmica que o projeto vem sendo feito nos últimos 13 anos, sendo que na última semana os alunos irão a escola apenas para assistir as palestras[apresentadas três profissões por dia e ao final do dia há uma avaliação dos alunos acerca das palestras.

Quadro 9 - Projeto Motivacional: Educação e Transformação

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Ciclo de palestras com ex-alunos da escola que concluíram o ensino médio na EERB e que atualmente tem uma carreira profissional	Apresentar aos alunos de ensino médio, ex-alunos que se formaram na escola e atualmente já são graduados	Quadra da Escola Estadual Rui Barbosa	Diretora, vice-diretores e especialistas	Abril e Maio de 2018	Para os 1º e 2º anos do E.M Serão convidados ex-alunos da escola que atualmente exercem alguma profissão seja técnica ou graduada a fim de falar sobre suas experiências na escola e as dificuldades enfrentadas para conseguir se formar no ensino médio e nos cursos de graduação ou técnicos; Para os alunos de 3º ano do E.M e EJA serão convidados profissionais de diferentes áreas de nível superior, ex-alunos da EERB, para falar de suas experiências e sobre sua profissão, apresentando características dos cursos e esclarecendo dúvidas sobre cada curso apresentado.	R\$ 200 para o lanche dos palestrantes

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.1.3 Promover capacitações com os professores

Percebeu-se no decorrer das entrevistas, o despreparo dos professores para tratar com os jovens que estão no Ensino Médio. Com vistas a capacitar o corpo docente da escola que se apresenta 65% efetivo e, os 35% contratados renovam

contrato ano pós ano, torna-se necessário investir em capacitações que tratem sobre os temas: Juventude, Avaliação Escolar, Planejamento e outros.

Com vistas a preparar os professores a trabalhar com a diversidade de sala de aula, respeitando e conhecendo as dificuldades por que os jovens passam é de suma importância que todos os professores participem das capacitações que serão realizadas nas reuniões de módulo II, que ocorrerão às quarta-feira, às 17h na sala de reuniões da EERB. As capacitações também têm como objetivo o estudo de documentos legais que regem ou auxiliam educação pública brasileira.

Quadro 10 - Reuniões para Qualificar os professores

Data	Tema	Formador
20/03/2019	Juventude e suas características	Psicóloga Lívia
27/03/2019	Juventude e suas características	Psicóloga Lívia
10/04/2019	Avaliação Escolar	Pedagoga da S.R.E Poços de Caldas Maria Aparecida
17/04/2019	Avaliação Escolar	Especialistas da EERB
15/05/2019	ECA	Conselheiros Tutelares
05/06/2019	Educação Inclusiva	Pedagoga da S.R.E Zélia
07/08/2019	Metodologia e Didática em sala de aula	Professores da UEMG- Polo Poços de caldas
14/08/2019	Metodologia e Didática em sala de aula	Especialistas da EERB

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

Quadro 11 - Formação dos Professores

O que será feito?	Por quê? justificativa	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Capacitação para os professores	Capacitar os professores quanto a temas relacionados a juventude e a ações pedagógicas	Sala de Reuniões da EERB	Especialistas da S.R.E Poços de Caldas; Professores da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Polo Poços de Caldas; Direção Escolar; Especialistas da escola	Março a agosto de 2019	Será ampliada uma parceria entre a SRE e a UEMG – Poços de Caldas a fim de oferecer cursos de capacitação aos professores da escola; As reuniões pedagógicas serão planejadas antecipadamente,	R\$ 400 para o lanche dos palestrantes; O transporte será em parceria com a prefeitura municipal

					apresentando textos e vídeos aos professores sobre os temas apresentados neste eixo e em seguida serão formadas rodas de conversa para discutir os temas e apresentar as opiniões.	
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.2 Questões relacionadas à relação entre juventude e trabalho

A juventude é marcada pela transição da fase infantil para a adulta e nesta fase o jovem por necessidade de ajudar a família a se manter financeiramente ou por um desejo de se tornar independente ingressa no campo profissional. A admissão no primeiro emprego obriga muitas vezes o jovem a se submeter ao trabalho informal não cumprindo leis trabalhistas e os retirando precocemente da escola.

Conforme demonstram as entrevistas, os jovens entrevistados demonstraram a dificuldade de conciliar trabalho e escola, optando por manter o serviço e a adiar a formação no ensino médio. Com o objetivo de oferecer aos jovens a possibilidade de continuar seus estudos mesmo após a inserção no mercado de trabalho, o PAE oferecerá em 2019 estratégias para evitar o abandono escolar.

3.2.1 Metodologia diferenciada para o aluno trabalhador

A EERB apresenta uma metodologia diferenciada para os alunos trabalhadores da noite, sendo que não há a cobrança de trabalhos para casa, os mesmos são realizados em sala de aula. No turno matutino e vespertino, ao contrário, há uma exigência de trabalhos extraclasse que requerem dedicação maior dos estudantes. Porém, no diurno também há alunos trabalhadores que não tem o tempo necessário para se dedicar na execução das atividades, mas este fato não é levado em consideração pelos professores.

Será dedicada uma reunião mensal para a apresentação de dados referentes a abandono, relação de alunos trabalhadores, análises de rendimento por turma, reflexões conjuntas e registros das impressões coletivas.

A direção da escola será responsável pelos dados e os professores, em uma roda de conversa, irão expor suas impressões e ações bem-sucedidas em relação a oportunidades diferenciadas. Será incentivada a discussão para refletir sobre a ajuda ou pouca ajuda que é dada ao aluno que depende de conciliar trabalho e escola.

Quadro 12 - 5ws Discutindo metodologias

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto ?
Conversar com os professores acerca dos instrumentos de avaliação	Apresentar aos professores a relação alunos trabalhadores e propor a aplicação de metodologia de avaliação diferenciada	Na EERB	Direção e especialistas da escola	Ao longo do ano de 2019	No início do ano será apresentada a relação de alunos trabalhadores e mensalmente esta será atualizada. Nas reuniões de módulo será conversado acerca da importância de diversificar os instrumentos de avaliação levando em consideração as necessidades individuais dos alunos. Este tema também será debatido nas reuniões para reestruturação da proposta pedagógica prevista 2019.	Não há previsão de custos

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.2.2 Estabelecer uma parceria com a Associação Industrial, Comercial e agropecuária de Campestre

O aluno necessita conciliar a rotina escolar com a necessidade de trabalhar. Pensando nisto é importante uma parceria entre escola e órgãos empregadores. Será estabelecida uma reunião com o diretor da Associação Industrial, Comercial e agropecuária de Campestre (Aicac) para propor uma ação experimental e manter os alunos trabalhadores matriculados e frequentes.

Foi estabelecido em 2018 um contato informal com o diretor da Aicac apresentando uma ideia inicial para a parceria entre as duas instituições. O jovem diretor da Aicac que também é um pequeno empresário da cidade demonstrou que há a possibilidade para em 2019 iniciar um trabalho com vistas a relacionar mercado de trabalho e escola.

No mês de fevereiro, será agendada uma reunião entre a direção escolar e direção da Aicac a fim de formalizar a parceria que tem como objetivo permitir ao aluno trabalhador conciliar trabalho e escola. Será solicitada neste encontro, uma reunião com todos os comerciantes e industriais ligados a Aicac para a apresentação do projeto no intuito de sensibilizar a todos para um trabalho conjunto.

Quadro 13 - Parceria Aicac e Escola

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Fazer uma parceria entre Aicac e escola.	Para manter os alunos matriculados e frequentes no ensino médio, criar uma parceria com a Aicac sendo que os comércios e indústrias cadastradas no município mantenham o emprego mediante comprovação de matrícula	Sala de reunião da Aicac	Direção escolar, diretor da Aicac.	Fevereiro e março de 2019	Em um primeiro momento será a apresentado formalmente a proposta ao diretor da Aicac, que já conhece esta intenção da direção escolar e já se mostrou que há a possibilidade de parceria. Em um	Não há previsão de custos

	e frequência na educação básica				segundo momento haverá uma reunião entre direção escolar, Aicac e comerciantes locais a fim de apresentar os dados relativos a abandono e a sensibilizar a participação de todos.	
--	---------------------------------	--	--	--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.3 Fatores pessoais diversos

Dificuldades pessoais e individuais como gravidez não planejada, uso de drogas ou problemas familiares interferem não só no rendimento escolar, mas também influenciam na decisão do jovem permanecer ou não na escola. Muitas jovens se veem obrigadas a abandonarem os estudos por estarem grávidas e apresentarem dificuldades físicas e psicológicas para frequentar as aulas, por se sentirem envergonhadas ou por terem que cuidar do bebê. Não muito diferente acontece também com jovens que fazem uso de drogas e têm a saúde prejudicada.

Outro fator decisivo é a relação familiar. Famílias que não sabem lidar com as características juvenis, se afastam da vida escolar de seus filhos, deixando a responsabilidade da escola apenas para aluno e escola.

3.3.1 Projeto Jovens Protagonistas

Os jovens têm acesso a informações e dados que podem vir a interferir em suas realidades. Diante deste fato, torna-se necessário que eles se tornem protagonistas de suas histórias, apresentando vivências por eles vividas e conhecidas. Discutir e expor opiniões são importantes para que os jovens se conscientizem dos problemas característicos da juventude.

Quadro 14 - Projeto Jovens Protagonistas

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Será desenvolvido um projeto visando discutir problemas relacionados a juventude como drogas e gravidez na adolescência	Discutir temas comuns a juventude é primordial para que os jovens possam debater temas dos quais fazem parte de suas rotinas, apresentar experiências e vivências a fim de saberem lidar com situações novas	Nos diversos espaços físicos da EERB	Direção, especialistas da escola e professores	Setembro e outubro de 2019	No mês de setembro serão organizadas rodas de conversas entre os alunos para debaterem sobre os temas drogas, sexo e gravidez na adolescência. Cada professor ficará responsável por acompanhar as discussões sem intervir. Os grupos formados para as rodas de conversa escolherão uma manifestação artística para falar um dos temas discutidos. No mês de outubro, na Semana "Educação para a Vida" as manifestações artísticas serão expostas ou apresentadas para toda a comunidade escolar, incluindo pais, comerciantes, agentes comunitários e alunos de outras escolas.	R\$ 1000 para serem gastos com confecções de uniformes e/ou impressões de trabalhos

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.3.2 Reestruturar o projeto "Família na Escola"

Há na escola o projeto "Família na Escola" que tem uma ação realizada no mês de março. Depois de dois anos de projeto é necessário que o mesmo seja reformulado a fim de atender a um maior número de pais e agentes da comunidade escolar. Observando as carências ocorridas nos anos de 2017 e 2018, o projeto será reformulado, apresentando ao menos três ações que têm como objetivo levar os pais para dentro da escola e permitir a eles conhecer habilidades ou manifestações

de seus filhos. Os pais serão convidados antecipadamente por meio de convite impresso e por chamada na rádio comunitária local.

Este projeto tem como objetivo mostrar aos pais que a escola se encontra aberta para a participação e envolvimento de todos nas ações da escola. E estes momentos terão como objetivo aproximar a relação entre jovens, pais e escola e abrir as portas aos pais e comunidade escolar para estarem presentes sempre na escola.

Quadro 15 - Projeto Família na Escola

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem serão os responsáveis?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Reestruturar o projeto "Família na escola"	Fazer com que as famílias participem da vida escolar de seus filhos	EERB	Direção, especialistas da escola, Professores de Arte e Educação Física	Março, junho e outubro	No mês de março os pais serão convidados a participar da primeira etapa do projeto a ser realizada em um sábado. O projeto prevê três apresentações artísticas dos alunos: teatro, dança e capoeira. Entre as apresentações haverá um café comunitário e aulas de artesanato utilizando materiais recicláveis. Para finalizar as ações do sábado letivo haverá uma conversa da psicóloga com os pais. No mês de junho os pais e comunidade escolar serão convidados a participar da festa junina da escola. E para finalizar o projeto, em outubro, na	R\$ 1000 para a realização da festa junina

					semana "Educação para a Vida" os pais e a comunidade serão convidados a assistirem as apresentações dos alunos.	
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

3.3.3 Ampliar a parceria entre escola, Conselho Tutelar e Assistência Social

O conselho tutelar e a assistência social devem estar diretamente ligados as ações da escola, já que um tem o objetivo de garantir os direitos dos menores o outro a intervir em situações de vulnerabilidade social. Para ampliar esta parceria é necessária uma ação mais intensa e permanente da escola.

Espera-se que com uma ação intensa da escolar por meio do monitoramento de faltas constantes de alunos e com o auxílio do Conselho Tutelar e Assistência Social possa reduzir o número de alunos que deixam de frequentar a escola. O contato entre a assistência e a família do aluno é um instrumento que poderá possibilitar o não abandono escolar ou o regresso imediato às aulas. Chamar os pais a responsabilidade e a assistência social intervindo quando necessário por meio de projetos sociais já existentes na cidade será o apoio que a escola necessita.

Quadro 16 - Parceria escola, Assistência Social e Conselho Tutelar

O que será feito?	Por quê?	Onde será feito?	Quem será responsável?	Quando será feito?	Como será feito?	Quanto?
Serão emitidos relatórios quinzenais de alunos faltosos ou que abandonaram os estudos para serem enviados ao conselho tutelar a fim de que estes retornem aos estudos o quanto antes;	Identificar alunos que apresentam tendência ao abandono é fundamental para evitar que o abandono	Na EER B	Direção escolar	Quinzenalmente e durante todo o ano de 2019	A direção escolar fará um monitoramento contínuo de infrequência escolar, emitindo relatórios periódicos ao Conselho Tutelar. No início do ano letivo será feito um	Não terão custos.

Será feita uma relação de alunos em situação de risco e repassado a assistência social para que esta acompanhe mais de perto a situação das famílias.	escolar se efetive				levantamento de vulnerabilidade social e emitido um relatório a Assistência Social, solicitando acompanhamento das famílias.	
---	--------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação apresentou a preocupação em reduzir as taxas de abandono escolar no Ensino Médio da Escola estadual Rui Barbosa. A hipótese inicial, confirmada pela pesquisa de campo, apresentou como principal motivo de abandono escolar na referida escola a necessidade do jovem ingressar no mercado de trabalho. Casos de desinteresse pela escola, gravidez na adolescência e uso de drogas também foram motivos relatados como responsáveis pelo jovem deixar de frequentar a escola.

Observou-se no período entre 2012 a 2016 um elevado índice de abandono escolar no ensino médio, superando a média estadual e nacional. O ano de 2016 foi tomado como referência para as entrevistas realizadas com alunos que abandonaram os estudos, visto este ano ter chamado a atenção devido ao elevado índice de abandono escolar no 3º ano do ensino médio.

Para o estudo de caso foram apresentadas as reformas do Ensino Médio ocorridas após a promulgação da LDB/1996 a nível nacional e os projetos implementados do estado mineiro para o ensino médio. A EERB foi apresentada neste contexto de educação, apresentando suas características locais. Apresentaram-se também referenciais teóricos que abordaram as dificuldades e características do ensino médio, ressaltando as teorias relativas ao abandono escolar e relacionado-as com os casos de abandono na escola em estudo.

A dissertação trilhou os caminhos da pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas que buscaram apresentar de forma rica e fiel os motivos que levaram os alunos a abandonarem os estudos no ensino médio. A pesquisa qualitativa permitiu uma interação entre pesquisador e aluno, possibilitando colher detalhes que permitiram uma análise profunda sobre o estudo de caso.

Diante das análises de dados desta pesquisa, constatou-se que os principais motivos do abandono escolar na Escola Estadual Rui Barbosa são: a) Ingressar no mercado de trabalho; b) Desinteresse pela escola; c) Gravidez não planejada; d) problemas pessoais e de doença psicológica; e) relação com o professor e f) relações familiares.

Tendo em vistas as análises das entrevistas realizadas foi elaborado um Plano de Ação Educacional a fim de reduzir o abandono escolar a ser aplicado no

decorrer do ano de 2019. O PAE apresentou-se em três etapas, sendo elas: Questões relacionadas ao funcionamento da escola; questões relacionadas na relação entre juventude e trabalho e Fatores pessoais diversos. Após implementação das ações do PAE ao final do ano de 2019, será feita uma análise da eficácia do plano com o objetivo de mantê-lo ou reformulá-lo para o ano seguinte.

O PAE apresentou ações de acordo com a realidade e possibilidades locais para que estas possam ser executadas com a finalidade de alcançar o objetivo geral da dissertação – reduzir o abandono escolar no Ensino Médio da Escola Estadual Rui Barbosa. E, espera-se, que esta pesquisa contribua de forma significativa para a análise do processo de abandono escolar no Ensino Médio e que o PAE seja consoante às práticas que minimizam as taxas de abandono na escola em estudo e que estas ações possam ser aplicadas em outras instituições respeitando as peculiaridades de cada escola e região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

AGÊNCIA BRASIL. **Estudo mostra que 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonam escola**. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. (Org.). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4. ed. São Paulo: Cortez 1993. p. 31-80.

AZEVEDO, F. V. M. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Exedito Alves”**. 2011. Disponível em: <http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/>. Acesso em: 13 jun. 2017.

AZEVEDO, J. C. Educação pública: o desafio da qualidade José Clovis de Azevedo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21 n. 60, p. 07-26, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a02v2160.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____.; REIS, J. T. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. (Org.). **O Ensino Médio e os desafios da experiência**: Movimentos da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2014. p. 21-44. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/23742978-O-ensino-medio-e-os-desafios-da-experiencia.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.

_____. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998b. p. 39-64.

BRANDÃO, E. R. **Gravidez na Adolescência**: Juventude Contemporânea e Laços familiares. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, 2001.

BRANDÃO, Z.; BAETA, A. M. B; ROCHA, A. D. C. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 147, p. 38-63, mai./ago. 1983.

BRASIL. Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990. Instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p.

27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar.**

1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206>. Acesso em: 07 nov. 2018.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007a.

_____. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm> Acesso em: 22 dez. 2017.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de maio de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007c. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6094-24-maio-2007-553445-publicacaooriginal-71367-pe.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 out. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/1634-port-971/file>> Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Portaria Interministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais,

forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 nov. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15069-pacto-dou-1-2&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 25 dez. 2017.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm05.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 set. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 set. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 dez. 2016.

CAMARGO, D. B.; RIOS, M. P. G. A Evasão escolar na 1ª série do Ensino Médio no município de Joaçaba – SC: desafios curriculares. In: Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade Federal de Caxias do Sul, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1130/94>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CARBONELL, J. A Inovação educativa hoje: a aventura de inovar. In: CARBONELL, J. **A mudança na escola**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 14-40. (Coleção Inovação pedagógica).

CARRANO, P. C. R.; DAYRREL, J.; BRENNER, A. K. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Org.). **Retratos da**

juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.

CASTRO, V. G.; TAVARES JUNIOR, F. Jovens em contextos sociais desfavoráveis e sucesso escolar no Ensino Médio. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 239-258, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00239.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

CEZAR-FERREIRA, V. A. M. A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 81-95, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872004000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2018.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, G. L. M. O Ensino Médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

DAYRELL, J. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DORÇA, F. et al. Um Sistema Inteligente Multiagente para Educação à Distância. In: Seminário Nacional de Tecnologia para EAD, 2., 2002, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: FACOM/UFU, 2002. p. 1-5.

ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA. **Projeto Político Pedagógico da escola**. Campestre: 2015. (Documento de circulação interna).

FERREIRA, E. B. Ensino médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 507-525, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6243/5116>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

FERREIRA, V. C. P. **O planejamento e sua aplicação no contexto escolar**. 2017. Disponível em: <<http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=4281>>. Acesso em: 03 jun. 2017. (Acesso restrito).

FERNANDES, C. O. Fracasso escolar e escola em ciclos: tecendo relações históricas, políticas e sociais. In: Reunião anual da ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2005. p. 1-15.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004

FREITAS, J. E. (Org.). **Escola Sagarana**: educação para a vida com dignidade e esperança. Belo Horizonte: SEE/MG, 1999. (Coleção Lições de Minas, v. 1).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA, C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 218-236, jan./abr. 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

GOUVEIA, L. H. F.; RIBEIRO, P. R. O.; SANTOS, G. J. Programa-piloto para o Ensino Médio no Colégio Estadual Leopoldina da Silveira: promovendo a equidade. In: QUIOSSA, A. S. et al. (Org.). **Diálogos e Proposições: Plano de Ação para a Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro**. Juiz de Fora: CAED/FADEPE, 2016. v. 1. p.404-416.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama – Campestre**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campestre/panorama>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

KRAWCZYK N. **O ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

_____. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 754-771, 2011.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139-172, abr. 2006. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/692>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. **A crise de audiência no ensino médio**: A falta de participação dos jovens no ensino médio. São Paulo: Instituto Unibanco, 2008.

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, p.163-183, dez. 1999.

_____. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1153-1178, 2007.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEON, F. L. L.; MENEZES FILHO, N. A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento econômico** Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 416-452, dez. 2002.

LIBÂNEO. J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação**: uma introdução ao estudo da escola como processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 1988.

MELO, S. D. G.; DUARTE, A. Ensino Médio no Brasil e em Minas Gerais: políticas e processos. In: Simpósio da ANPAE, 27., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPAE, 2013. v. 17. p. 01-10. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SavanaDinizGomesMelo-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MENESES, J. D. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização**. 2011. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior138>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete classes de aceleração. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/classes-de-aceleracao/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MICARELLO. H. A. L. S. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **Rev. Cient.**, São Paulo, n. 41, p. 61-75, set./dez. 2016.

MINAS GERAIS. **Relatório da Gestão 1999/2002**: Ações da Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

_____. **A educação pública em Minas Gerais: O desafio da qualidade**. 2003/2006. Belo Horizonte: SEE/MG, 2003. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/politica>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

_____. Resolução n. 833, de 24 de novembro de 2006. Institui e regulamenta a organização curricular a ser implementada nos cursos de ensino médio das unidades de ensino integrantes do Projeto Escolas Referência. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2006a. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7B795B884A-28F2-4C86-AFE8-B911960F36AF%7D_833.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Novo Plano Curricular – Ensino Médio**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2006b.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Mapa estratégico**. 2008. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/mapa-do-site/servicos-18/missao-e-valores>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Resolução SEE nº 2.030 de 25 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a implantação do Projeto Reinventando o Ensino Médio que institui e regulamenta a organização curricular a ser gradativamente implantada nos cursos de ensino médio regular da rede estadual de ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2012a. Disponível em: <<http://edsonokubo.blogspot.com/2012/01/mg-resolucao-see-n-2030-de-25012012.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Resolução nº 2197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2012b. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. Resolução nº 2486, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a universalização do Reinventando o Ensino Médio nas Escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/110574/caderno1_2013-12-24%2017.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Relatório De Gestão 2011 – 2014, 2014. Disponível em: www.educacao.mg.gov.br/story. Acesso em: 01 out. 2017.

_____. Resolução nº 2.742, de 23 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o ensino médio nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2015a.

_____. **Projeto de Lei nº 2882/2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. 2015b. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2015/forum_tecnico_plano_educacao/documentos/plano_estadual/pl_2882_original_pee.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

_____. **Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE**. s/d. Disponível em: <<http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/SimadeWeb/inicio.faces>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação

brasileira. In: Reunião Anual da Anped, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ANPED, 2012. p. 1-41.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Taxa líquida de matrículas no ensino médio 2012-2016**. 2017. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio>. Acesso em: 10 nov. 2017

PEDROSA, L. D.; SANFELICE, J. L. “Minas aponta o caminho”: o processo de reforma da educação mineira. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2., 2005, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2005. p. 1-15.

PEREIRA, B.P.; LOPES, R. E. Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362016000100193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2017.

QEDU. **Distorção Idade-Série**. 2018. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageld=initial_years&year=2017>. Acesso em: 10 nov. 2018.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar a inclusão social. Reunião anual da Anped, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2002. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.25reuniao.anped.org.br/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2011. Disponível em: <<http://www.25reuniao.anped.org.br/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>>. Acesso em: set. 2017.

RAMOS, M. N.; MENDONÇA, R. **A crise de audiência do Ensino Médio**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2008.

RUMBERGER, R.; LIM, S. A. **Why students drop out of school: A review of 25 years of research**. Santa Barbara: University of California, 2008.

SCHWARTZMAN, S. **A questão da diversidade do ensino médio**. 2010. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/divmedio.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Subsídios para a reformulação do ensino médio**. 2013. Disponível em: <<https://archive.org/details/SubsidiosParaAREformulacaoDoEnsinoMdio>>. Acesso em: 31 nov. 2017.

SILVA, M. R. **O Ensino Médio após a LDB de 1996: Trajetórias e Perspectivas**. 2013. Disponível em <<http://www.emdialogo.uff.br/content/o-ensino-medio-apos-ldb-de-1996-trajetorias-e-perspectivas>>. Acesso em: 01 ago. 2017

SOARES, T. M. et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.

_____. et al. Uma análise do fracasso no Ensino Médio público de Minas Gerais. In: SOARES, T. M.; BONAMINO, A. (Org.). **Estudos sobre a Educação Brasileira: Múltiplos Olhares**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2017. p. 15-32.

SOUSA, A. A. et al. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** VÉRTICES, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2011.

SOUZA, E. O.; REIS, R.; SANTOS, J. M. C. T. Identidades juvenis e experiência escolar no ensino médio. **Holos**, Natal, ano 31, v. 4, p. 3-17, 2015.

SUZUKI, C. M. et al. Análise comparativa da frequência de prematuridade e baixo peso entre filhos de mães adolescentes e adultas. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 95-103, 2007.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Rendimento escolar no Ensino Médio – 2010/2015**. 2017. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud**. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ladem/2013/03/15/brasil-tem-3%C2%AA-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

WERNECK, H. **A nota prende, a sabedoria liberta**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNCICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ALUNOS QUE ABANDONARAM OS ESTUDOS EM 2016

1: Informações Pessoais:

- a) Onde você mora?
- b) Onde você estudou o seu ensino fundamental (esta escola era próxima a sua casa? Fale-me um pouco sobre esta escola, seus amigos, como você chegava até a escola?)
- c) Alguma vez você deixou de frequentar a escola até o 9º ano?
- d) Quantos anos você tem? Quantas vezes você deixou de frequentar o ensino fundamental? Quantos anos você tinha nesta época?
- e) Conte-me como era sua rotina de trabalho, estudo, lazer, quando você abandonou os estudos em 2016, enfim como eram seus dias?
- f) E agora que você retornou à escola, você alterou alguma coisa em sua rotina? O que mudou?
- g) Há quanto tempo você está cursando o ensino médio?

2: Relação Familiar

- a) Com quem você mora? (conseguir informações que auxiliem na construção de um diagnóstico: quem é o responsável, em caso de entrevistado menor, quem ou quais são os provedores da casa). Você ajuda nas despesas de casa?
- b) E os seus pais (ou responsável: é necessário tato para esta pergunta, caso saiba que o entrevistado não tenha contato com os pais), o que eles disseram quando você decidiu deixar a escola?
- c) Você sabe até que série seus pais estudaram (ou responsáveis: é necessário tato para esta pergunta, caso saiba que o entrevistado não tenha contato com os pais)?
- d) Eles te incentivam a estudar?
- e) Você conversou com seus pais (ou responsáveis: é necessário tato para esta pergunta, caso saiba que o entrevistado não tenha contato com os pais) quando decidiu deixar a escola? Ou decidiu sozinho?

3: Relação com a escola

Vamos falar um pouco sobre a Escola Estadual Rui Barbosa

O que você mais gostava na escola?

O que você não gostava de jeito algum? (tentar desenvolver de modo a compreender se ele tinha dificuldades de relacionamento com outros alunos, professores e funcionários da escola, se sofreu bullying, se tinha dificuldades em alguma matéria em específico ou se reprovou e quantas vezes)

Você considera que compreendia tudo o que os professores ensinavam?

Como você se saía nas avaliações?

Que tipo de contato você teve com a direção da escola?

Que tipo de contato você teve com a supervisão escolar?

Por que você deixou a escola? O que o(a) desmotivou?

Agora que você retornou para a escola, o que podemos fazer para evitar que você desista novamente?

Haveria algo que os professores pudessem ter feito para que você não deixasse a escola?

A escola como um todo poderia ter feito algo para que você não deixasse de frequentar as aulas?

Para você, o que seria uma escola ideal?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado(a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “ O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA.” Nesta pesquisa pretendemos identificar por quais motivos os alunos abandonam o ensino médio e a partir de um diagnóstico propor um plano de ação para diminuir o abandono escolar. O motivo que nos leva a estudar é o alto índice de alunos que deixam de frequentar o ensino médio na escola em análise.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: a realização de entrevista como instrumento para coleta de dados, realizada em um encontro orientado por um roteiro, que serão gravados em áudio, por possibilitar a criação de espaços de diálogo, em que os participantes podem se expressar. A pesquisa contribuirá para a analisar as dificuldades que os jovens encontram para finalizar o ensino médio, e, a partir daí propor um plano de ação que vise a diminuir o abandono escolar no ensino médio da Escola estadual Rui Barbosa.

Para participara deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá nenhuma vantagem financeira. O Sr (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr (a) é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores trarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Este termo encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Escola Estadual Rui Barbosa e a outra será fornecida ao Sr (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

O (A) Sr (a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões

profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

() Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____ portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “ O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Campestre, 12 de abril de 2018

Nome	Assinatura do participante	data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do pesquisador	data
------	---------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Renata Renier de Lima

Rua Dr. Francisco Capobianco, 70, Centro

Campestre, MG

CEP 37730-000

E mail: renatac..mestrado@caed.ufjf.br